

Unidade

O testemunho dos Filhos de Deus

"Sede diligentes em guardar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz."

(Efésios 4.3)

Prólogo

Antes de sermos muitos, Deus é Um

Há verdades que, de tão conhecidas, correm o risco de perder diante de nós o peso que possuíam quando foram pronunciadas pela primeira vez. Repetimos que há um só Deus, um só Senhor e um só Espírito; confessamos que existe um só Corpo, uma só fé, um só batismo e uma só esperança. As palavras permanecem intactas nas Escrituras, mas podemos lê-las tantas vezes que já não percebemos a imensidão da realidade que carregam. Quando Paulo escreve aos efésios acerca da unidade do Espírito, não está oferecendo à Igreja uma fórmula para melhorar relacionamentos, aproximar comunidades ou conciliar tradições diferentes. Seu pensamento vai muito além. Antes de tratar da maneira como os filhos de Deus devem andar uns com os outros, ele os conduz à realidade eterna sobre a qual esse andar se torna possível. Tudo começa em Deus.

Antes que houvesse Igreja, antes que existissem povos, culturas, línguas, ministérios ou qualquer uma das distinções que hoje marcam a experiência humana, Deus era pleno em Si mesmo. Nada havia fora dEle capaz de acrescentar qualquer coisa à Sua plenitude. Nenhuma rivalidade ameaçava Sua glória, nenhum outro centro disputava com Ele a primazia. O Pai amava o Filho, o Filho repousava no Pai, e o Espírito, em perfeita harmonia, realizava a vontade divina. Antes da criação, antes da queda e antes da redenção, havia em Deus uma plenitude de vida, amor, comunhão e glória que não dependia de nenhuma criatura. Quando Deus criou todas as coisas, não o fez para suprir alguma deficiência em Si mesmo. A criação não nasceu para completar Deus, mas para expressá-Lo. O universo tornou-se o cenário no qual Sua sabedoria, Seu poder, Sua bondade e Sua glória poderiam encontrar expressão visível, e o homem foi colocado no centro dessa criação com uma vocação singular: criado à imagem e semelhança de Deus, deveria refletir na terra aquilo que havia em Deus desde a eternidade.

O pecado introduziu exatamente o oposto. A queda não foi apenas uma transgressão moral, mas uma ruptura de centralidade. O homem deixou de viver a partir de Deus e passou a viver a partir de si mesmo. Onde havia um único centro, surgiram incontáveis centros; onde havia submissão, nasceu a independência; onde deveria haver a manifestação de uma única glória, o homem começou a procurar uma glória própria. Desde então, aquilo que deveria convergir começou a se dispersar. Cada vontade tornou-se um pequeno trono, cada desejo passou a exigir seu próprio espaço, cada homem começou a preservar seu próprio nome. Babel seria uma das manifestações mais claras dessa condição. Aqueles homens estavam unidos exteriormente, falavam uma mesma língua e trabalhavam em torno de um mesmo empreendimento, mas o centro daquela unidade estava corrompido: “ façamos para nós um nome”. Talvez poucas frases revelem de maneira tão simples a raiz da fragmentação humana. O homem desejou um nome para si, e a história tornou-se, em grande medida, a história da multiplicação desses nomes: nomes de homens, povos, impérios, movimentos, escolas, instituições e, mais tarde, até mesmo nomes religiosos erguidos como fronteiras entre aqueles que deveriam encontrar sua identidade final em um único Nome.

Contudo, Deus nunca abandonou Seu propósito. A Escritura inteira revela o movimento soberano pelo qual Ele conduz novamente todas as coisas para o centro estabelecido desde o princípio. Aquilo que se dispersou no homem seria reunido em Cristo; aquilo que se fragmentou em Adão encontraria uma nova Cabeça no Filho de Deus. É por isso que Paulo, logo no início da carta aos Efésios, revela o propósito de Deus para a plenitude dos tempos: fazer convergir em Cristo todas as coisas, tanto as que estão nos céus como as que estão sobre a terra. Há uma direção em Deus. Tudo caminha para Cristo. A redenção certamente alcança o homem individualmente,

perdoando seus pecados, reconciliando-o com Deus e concedendo-lhe vida eterna, mas o propósito de Deus não termina na salvação de indivíduos isolados. Deus está formando uma nova humanidade cuja vida não procede mais de Adão, mas de Cristo; uma humanidade reunida sob uma única Cabeça, participante de uma única vida e destinada à expressão de uma única glória.

É nesse ponto que a Igreja precisa ser compreendida. Ela não é simplesmente uma assembleia de pessoas que concordam com as mesmas doutrinas, tampouco uma associação religiosa criada para preservar determinada tradição espiritual. A Igreja é o Corpo de Cristo, e essa expressão nos obriga a abandonar quase todas as categorias meramente humanas com as quais tentamos compreendê-la. Um corpo não é uma coleção de partes que decidiram cooperar. A mão não entra em acordo com o braço para que ambos pertençam ao mesmo organismo, nem o olho estabelece uma aliança com o ouvido. Os membros são um porque compartilham uma única vida. Assim também ocorre com os filhos de Deus. Nossa unidade mais profunda não nasce daquilo em que conseguimos concordar, nem começa quando finalmente superamos nossas diferenças. Antes de qualquer aproximação humana existe uma realidade espiritual que nos precede: há um só Deus e Pai, um só Senhor, um só Espírito, um só batismo, uma só fé, um só Corpo e uma só esperança.

É como se Paulo, em Efésios 4, retirasse uma após outra todas as bases sobre as quais poderíamos construir uma identidade independente. Não possuímos pais espirituais distintos, pois há um só Pai. Não vivemos sob diferentes senhores, pois há um só Senhor. Não recebemos vidas espirituais independentes, pois há um só Espírito. Não atravessamos cruzeiros diferentes, pois há um só batismo. Não repousamos sobre fundamentos distintos, pois há uma só fé. Não pertencemos a organismos espirituais diferentes, pois há um só Corpo. E não caminhamos para destinos separados, pois fomos chamados em uma só esperança. Tudo aquilo que constitui verdadeiramente a vida cristã é um. Nossas divisões não conseguem alterar essa realidade diante de Deus, mas conseguem obscurecer sua expressão diante dos homens. A Igreja pode ser uma no Espírito e apresentar-se fragmentada na terra; pode confessar um único Senhor enquanto diferentes grupos defendem zelosamente seus próprios territórios; pode proclamar um único Pai enquanto os filhos se tratam como estranhos. É possível possuir a realidade e contradizê-la por meio do nosso comportamento.

Por essa razão Paulo não ordena à Igreja que produza a unidade, mas que a guarde. A palavra é decisiva. Existe algo que já nos foi entregue, uma realidade que não começou conosco e cuja existência não depende de nossa capacidade de preservá-la. Podemos honrá-la ou obscurecê-la, andar de maneira digna dela ou contradizê-la, mas não somos sua origem. A unidade pertence ao Espírito porque nasce da própria vida de Deus comunicada aos Seus filhos. Isso significa que o caminho para sua expressão jamais será encontrado olhando primeiro uns para os outros. Enquanto nossa atenção estiver presa às diferenças, às preferências, às tradições, às feridas e às histórias particulares, permaneceremos tentando ajustar homens a homens. A verdadeira unidade surge quando todos são trazidos novamente ao mesmo centro.

A conhecida imagem de A. W. Tozer acerca dos cem pianos afinados pelo mesmo diapasão expressa essa verdade com rara simplicidade. Os pianos tornam-se afinados entre si não porque cada instrumento procure imitar o som daquele que está ao lado, mas porque todos se submetem à mesma referência. Assim acontece com os filhos de Deus. Quanto mais Cristo ocupa o centro, menos espaço resta para os inúmeros centros que criamos; quanto mais a glória de Deus se torna nossa finalidade, menor se torna a necessidade de preservar a própria glória; quanto mais o Espírito governa, menos a carne consegue impor seus interesses; quanto mais a cruz opera em nós, menos o velho homem exige reconhecimento. A verdadeira unidade, portanto, não será alcançada pela exaltação da própria

unidade. A Igreja não foi chamada a fazer da unidade seu centro, mas a fazer de Cristo seu centro. Quando a unidade se torna um projeto em si mesma, facilmente se transforma em construção humana; quando Cristo recebe o lugar que Lhe pertence, a unidade aparece como consequência da Sua centralidade.

Este livro, portanto, não pretende apresentar uma proposta para a unificação institucional da Igreja, nem oferecer um método capaz de reunir aquilo que séculos de história cristã separaram. O problema é mais profundo do que nossas estruturas, e a resposta precisa tocar uma realidade igualmente profunda. Precisamos retornar àquilo que Deus declarou ser um: ao Pai e à Sua glória, ao Filho e à Sua absoluta centralidade, ao Espírito e ao Seu governo, ao batismo e à morte do velho homem, à fé que repousa inteiramente em Cristo, ao Corpo que não criamos e ao qual fomos incorporados, e finalmente à esperança que nos torna peregrinos neste século enquanto aguardamos a manifestação daquele em quem todas as coisas encontrarão sua consumação. Somente então começamos a perceber que a unidade dos filhos de Deus não é um tema periférico da vida cristã, mas algo profundamente ligado ao propósito eterno de Deus.

Na noite em que caminhava em direção à cruz, o Senhor Jesus abriu diante do Pai aquilo que estava em Seu coração: “que todos sejam um”. Mas a oração não termina nessa frase. Cristo acrescenta uma medida que ultrapassa inteiramente nossa capacidade natural: “como Tu, ó Pai, és em mim, e Eu em Ti; que também eles sejam um em nós”. A referência da unidade da Igreja não é uma organização perfeita, uma estrutura universal ou uma uniformidade doutrinária absoluta. Sua referência está na própria comunhão do Pai e do Filho. O Senhor não pediu apenas que Seus discípulos aprendessem a conviver pacificamente, mas que participassem de uma unidade cuja fonte está no próprio Deus. “Que também eles sejam um em nós.” A Igreja encontra sua unidade dentro de uma realidade que a precede eternamente.

E então Cristo revela a finalidade desse testemunho: “para que o mundo creia que Tu me enviaste”. Há algo que o mundo deve contemplar. A unidade dos filhos de Deus deve tornar visível alguma coisa acerca do Filho de Deus. Em uma humanidade construída sobre competição, independência, autopreservação e busca de glória própria, Deus está formando um povo cuja vida procede de outra fonte; homens e mulheres que já não encontram sua identidade final em si mesmos, que não vivem para preservar o próprio nome e que não fazem de sua obra, tradição ou ministério o centro de todas as coisas. Um povo no qual Cristo está se tornando tudo.

Esse povo ainda conhece fraquezas e limitações. Ainda sofre com a presença da carne e carrega as marcas dolorosas de uma longa história de fragmentação. Contudo, existe nele uma vida que não pode ser dividida, uma vida que veio do alto e que pertence à ordem que há de vir. Sempre que essa vida encontra liberdade para se expressar, ainda que entre poucos, ainda que silenciosamente, algo do propósito eterno de Deus torna-se visível na terra. Talvez esse seja um dos testemunhos mais urgentes que a Igreja possa oferecer: não o testemunho de uma grande organização, de uma instituição poderosa ou de um nome reconhecido, mas o testemunho de filhos que descobriram que pertencem ao mesmo Pai, vivem sob o mesmo Senhor, são conduzidos pelo mesmo Espírito, passaram pela mesma cruz, repousam na mesma fé, pertencem ao mesmo Corpo e guardam a mesma esperança.

Há nisso algo profundamente escatológico. Em meio a uma humanidade que continua a se fragmentar ao redor de incontáveis centros, Deus está formando uma nova humanidade em Cristo. Ela ainda caminha como peregrina, ainda aguarda a manifestação plena de seu Senhor, mas já carrega dentro de si a vida do século vindouro. Sua unidade é, portanto, mais do que uma virtude eclesial. É um sinal. Um testemunho de que outra ordem já começou, de que existe um Reino que não nasceu deste mundo, de que uma nova humanidade já possui uma

Cabeça e de que todas as coisas caminham para o dia em que aquilo que hoje está oculto será plenamente revelado em Jesus Cristo.

Esse é o testemunho da unidade dos filhos de Deus.

Capítulo I

Um só Deus e Pai — A glória que ocupa todas as coisas

"Um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos."

(Efésios 4.6)

Há algo profundamente solene na maneira como Paulo encerra sua declaração acerca da unidade. Depois de falar de um só Corpo, um só Espírito, uma só esperança, um só Senhor, uma só fé e um só batismo, ele nos conduz à fonte de todas essas realidades: "um só Deus e Pai de todos". É como se, depois de percorrer tudo aquilo que constitui a vida comum dos santos, o apóstolo levantasse nossos olhos acima de todas as coisas e dissesse: antes de tudo, acima de tudo e por trás de tudo, há um só Deus. E esse Deus é Pai.

Talvez este seja o ponto do qual toda verdadeira compreensão da unidade precisa partir. A unidade não começa entre os homens. Começa em Deus. Ela não nasce de nossa capacidade de concordar, de nossa disposição para conviver ou de nossos esforços para construir comunhão. Antes que qualquer filho de Deus encontrasse outro filho de Deus, antes que a Igreja existisse na história e antes mesmo que a criação viesse à existência, Deus era suficiente em Si mesmo. Ele não precisava de nada fora de Si para completar Sua plenitude. Sua vida não dependia da criação, Sua glória não aguardava o reconhecimento das criaturas para tornar-se real, e Seu propósito não nasceu como resposta a alguma deficiência. Deus é.

Essa verdade parece simples, mas toda a desordem da criatura começa quando ela deixa de viver diante dela. O homem foi criado por Deus, recebeu de Deus sua existência e somente encontra sentido quando retorna a Deus como sua finalidade. Quando Paulo escreve que há "um só Deus e Pai, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos", ele descreve uma realidade na qual Deus não ocupa simplesmente o primeiro lugar de uma lista de prioridades. Ele envolve todas as coisas. Está sobre todos em soberania, opera por meio de todos segundo Seu propósito e deseja ser conhecido em todos como a fonte da vida. Nada pode ser compreendido corretamente enquanto Deus for reduzido a uma parte da existência humana.

A grande tragédia do pecado foi exatamente essa: o homem desejou possuir uma existência cujo centro já não fosse Deus. A tentação do Éden ofereceu à criatura a possibilidade ilusória de tornar-se referência para si mesma. "Sereis como Deus" não era apenas uma promessa de conhecimento; era a sugestão de que o homem poderia possuir em si mesmo aquilo que somente encontra significado em dependência de Deus. Desde então, a humanidade vive sob a permanente tentação de deslocar o centro. O homem continua sendo criatura, mas passa a comportar-se como se fosse origem. Continua dependendo de Deus para cada fôlego, mas vive como se possuísse vida em si mesmo. Recebe tudo, mas aprende a dizer: isto é meu. É sustentado, mas deseja parecer autossuficiente. Foi criado para refletir uma glória, mas começa a buscar uma glória própria.

A partir daí, a fragmentação torna-se inevitável. Quando há um só centro, todas as coisas podem encontrar seu lugar em relação a ele. Quando cada homem transforma a si mesmo em centro, cada vontade passa a colidir com outra vontade, cada interesse luta para se impor e cada nome procura preservar sua importância. O pecado não produziu apenas culpa; produziu inúmeros centros concorrentes. Por isso a unidade dos filhos de Deus não pode ser tratada apenas no nível dos relacionamentos. É possível reconciliar dois homens e ainda deixar intacta a raiz que os

tornará novamente rivais. Enquanto o eu permanecer no centro, a divisão apenas aguardará outra oportunidade para aparecer.

Babel revela esse princípio de maneira quase perfeita. Aqueles homens não estavam divididos. Tinham uma língua, um projeto e uma admirável capacidade de trabalhar juntos. Contudo, a própria expressão de sua unidade revelou sua corrupção: “façamos para nós um nome”. O problema de Babel não foi a incapacidade de cooperar, mas a finalidade de sua cooperação. Estavam unidos, mas unidos em torno da glória do homem. A Escritura nos mostra, assim, que nem toda unidade procede de Deus. Pode existir uma forte unidade humana construída sobre ambição, medo, poder ou orgulho coletivo. O que determina a natureza de uma unidade não é apenas o fato de muitos estarem juntos, mas aquilo para o qual estão juntos.

É aqui que a Igreja precisa ouvir novamente a antiga pergunta: para quem existe tudo o que fazemos? É possível realizar obras espirituais, erguer estruturas religiosas, manter tradições preciosas e ainda assim, pouco a pouco, permitir que aquilo que deveria servir à glória de Deus comece a produzir glória para nós mesmos. O coração humano é capaz de transformar até mesmo aquilo que recebeu de Deus em motivo de autopreservação. Um ministério pode tornar-se nosso nome. Uma comunidade pode tornar-se nosso nome. Uma tradição pode tornar-se nosso nome. Uma doutrina pode tornar-se nosso nome. E o que começou como instrumento passa, quase sem percebermos, a competir com a única glória que deveria preencher todas as coisas.

Por isso a Escritura é tão insistente em devolver a glória a Deus. “Eu sou o Senhor; este é o meu nome; a minha glória, pois, não darei a outrem” (Isaías 42.8). Não há arrogância nessa declaração, porque somente Deus pode reivindicar legitimamente toda glória. Em qualquer criatura, a busca de glória própria é uma deformação, porque nenhuma criatura é origem de si mesma. Tudo o que temos foi recebido. Toda capacidade, toda força, toda inteligência, todo dom e toda possibilidade de servir existem porque Deus concedeu. A criatura encontra liberdade não quando conquista sua própria glória, mas quando aceita alegremente que toda glória pertence Àquele de quem tudo procede.

Essa é uma das grandes diferenças entre o coração natural e um coração que começou a conhecer Deus. O homem natural pergunta como poderá ser visto. O homem que contempla a glória de Deus começa a perguntar como Deus poderá ser visto. A primeira pergunta produz competição; a segunda cria comunhão. Quando muitos homens desejam ocupar o centro, precisam inevitavelmente disputar espaço. Quando todos desejam que Deus ocupe o centro, podem servir lado a lado sem que a importância de um diminua a do outro. A glória de Deus não empobrece aqueles que a procuram. Pelo contrário, é nela que cada criatura encontra sua verdadeira dignidade.

Talvez por isso a paternidade de Deus seja tão importante na afirmação de Paulo. Ele não escreve apenas “um só Deus”, mas “um só Deus e Pai”. Não estamos diante apenas de um soberano distante cuja autoridade nos obriga a uma unidade exterior. Estamos diante de um Pai do qual procede uma família. A linguagem muda inteiramente a natureza da relação entre os filhos. Se Deus é nosso Pai, nenhum de nós é origem de si mesmo. Todos recebemos vida. Nenhum filho pode reivindicar a paternidade sobre o outro. Nenhum membro da família pode ocupar o lugar do Pai. Podemos ensinar, cuidar, servir, corrigir e fortalecer uns aos outros, mas existe uma fonte que permanece acima de todos nós.

Paulo já havia tocado nessa realidade no capítulo anterior de Efésios quando declarou: “por esta causa me ponho de joelhos diante do Pai, de quem toma o nome toda família, tanto no céu como sobre a terra” (Efésios 3.14-15). Toda verdadeira família encontra nEle sua origem. Essa verdade confronta uma das tendências mais antigas da religião: a construção de famílias espirituais em torno de homens. É natural que Deus use pessoas, levante

servos, conceda dons e estabeleça relações profundas entre aqueles que caminham juntos. O perigo começa quando a mediação humana se transforma em fonte de identidade. Os filhos de Deus podem ser profundamente gratos por aqueles que os serviram, mas jamais poderão esquecer de quem receberam verdadeiramente a vida.

Há um só Pai.

Essa declaração desmonta silenciosamente todas as pretensões de posse espiritual. Os filhos não pertencem aos ministros. As ovelhas não pertencem aos pastores. A Igreja não pertence a seus líderes, fundadores ou movimentos. Toda família pertence Àquele de quem recebeu o nome. Talvez grande parte de nossa fragmentação religiosa tenha surgido quando começamos a dizer, ainda que de formas sofisticadas, “meus discípulos”, “minha igreja”, “meu povo”, “minha obra”. Palavras que podem ser usadas de modo inocente, mas que se tornam perigosas quando revelam uma percepção de propriedade sobre aquilo que pertence somente ao Pai.

Foi exatamente essa deformação que Paulo precisou confrontar em Corinto. Uns diziam ser de Paulo, outros de Apolo, outros de Cefas. Cada grupo começava a construir sua identidade espiritual ao redor de um servo que Deus havia usado. Paulo não responde tentando estabelecer qual deles tinha maior legitimidade. Sua resposta é demolidora: “Quem é Apolo? E quem é Paulo? Servos por meio de quem crestes” (1 Coríntios 3.5). Um planta, outro rega, mas Deus é quem dá o crescimento. A obra pode passar por muitas mãos; a vida procede de uma única fonte.

Quando essa verdade volta ao coração da Igreja, os servos podem finalmente ocupar o lugar de servos. Não precisam formar povos para si. Não precisam proteger territórios espirituais como proprietários. Não precisam medir sua importância pelo número de pessoas que os seguem. O Pai possui a família, e o maior privilégio de qualquer servo é cooperar para que os filhos conheçam melhor o próprio Pai.

Há ainda outra dimensão na expressão de Paulo: Deus é Pai “sobre todos”. Sua paternidade não elimina Sua soberania. O Pai continua sendo Deus. A linguagem de intimidade jamais pode reduzir a majestade. Existe hoje uma tendência de falar da paternidade divina quase exclusivamente em termos de acolhimento, proximidade e afeto, todos verdadeiros, mas as Escrituras jamais permitem que a ternura do Pai seja separada de Sua santidade e de Seu governo. O Pai a quem somos convidados a chamar de nosso é também aquele cujo nome deve ser santificado e cuja vontade deve ser feita na terra como é feita no céu.

A primeira petição ensinada pelo Senhor aos discípulos não é acerca das necessidades humanas, mas da glória do Pai: “Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome”. Antes do pão, antes do perdão, antes do livramento, vem o Nome. Essa ordem revela algo fundamental. A vida dos filhos encontra equilíbrio quando o nome do Pai se torna mais precioso do que seus próprios interesses. A oração começa deslocando o homem do centro. Não começa com aquilo de que precisamos, mas com aquilo que Deus merece.

“Santificado seja o teu nome.”

Talvez toda verdadeira unidade pudesse começar novamente aí. Não em grandes encontros, acordos ou declarações conjuntas, mas em filhos que desejam sinceramente que o nome do Pai seja santificado acima de seus próprios nomes. Enquanto estivermos preocupados em fazer conhecidos nossos ministérios, nossas comunidades e nossas realizações, continuaremos vulneráveis à competição. Mas quando o coração deseja apenas que o Pai seja conhecido, a necessidade de comparação começa a morrer. Não há perda quando outro filho é usado para glorificar o mesmo Pai.

Essa liberdade é rara porque toca profundamente a questão da glória. Podemos aceitar que Deus seja glorificado por nosso trabalho e ainda ter dificuldade quando Ele escolhe ser glorificado pelo trabalho de outro. Podemos dizer que tudo pertence a Deus, mas sentir incômodo quando o reconhecimento é concedido a alguém diferente de nós. Esses movimentos quase imperceptíveis do coração revelam quanto ainda desejamos participar da glória que dizemos entregar ao Pai. A verdadeira unidade começa a surgir quando podemos nos alegrar genuinamente porque Deus foi glorificado, mesmo quando nosso nome não apareceu.

João Batista oferece uma das imagens mais puras desse espírito. Seus discípulos aproximaram-se preocupados porque aquele para quem João havia dado testemunho começava a atrair mais pessoas. Aos olhos deles, havia uma ameaça: o movimento de João diminuía enquanto outro crescia. Mas João sabia de onde tudo procedia. “O homem não pode receber coisa alguma se do céu não lhe for dada” (João 3.27). Essa consciência torna a competição impossível. Se tudo é dado do céu, não há razão para invejar aquilo que Deus concedeu a outro. Se o Pai é a fonte, posso receber minha medida com gratidão e reconhecer a medida do meu irmão sem sentir que alguma coisa me foi roubada.

É justamente essa percepção que devolve paz ao Corpo. Não precisamos disputar aquilo que recebemos. Cada dom, cada oportunidade e cada esfera de serviço existem sob a soberania do Pai. Ele é “sobre todos, por meio de todos e em todos”. O servo que compreende isso deixa de medir sua vida pela vida de outro. Não precisa ser tudo, porque Deus nunca lhe pediu isso. Basta ocupar com fidelidade o lugar que recebeu e permitir que outros ocupem os seus. A unidade torna-se possível quando cada filho encontra descanso na paternidade e na soberania de Deus.

Mas a paternidade não é apenas fonte de identidade e governo; ela também estabelece o destino dos filhos. Um verdadeiro pai deseja ver seu caráter formado em seus filhos. Assim também, o propósito de Deus não é apenas reunir uma grande família que carregue Seu nome exteriormente, mas produzir uma família que expresse algo de quem Ele é. A glória do Pai deve tornar-se visível nos filhos. Sua santidade, Seu amor, Sua misericórdia, Sua justiça e Sua verdade devem encontrar expressão em uma humanidade que recebeu Sua vida.

É por isso que a unidade dos filhos de Deus possui uma relação tão profunda com Sua glória. Uma família dividida contradiz o Pai que confessa. Filhos que competem por posição obscurecem a generosidade daquele que lhes deu tudo. Irmãos que se recusam a reconhecer uns aos outros tornam difícil ao mundo perceber que receberam a mesma vida. A unidade não acrescenta glória a Deus, como se Sua glória pudesse aumentar, mas permite que aquilo que é verdadeiro nEle encontre expressão visível entre nós.

Paulo havia acabado de declarar, antes de iniciar suas exortações sobre a unidade: “A Ele seja a glória na Igreja, por todas as gerações, para todo o sempre” (Efésios 3.21). Essa é a grande finalidade. A Igreja existe para que a glória pertença a Deus. Não ao homem mais usado, à comunidade mais influente ou ao movimento mais conhecido. A Ele. Quando essa finalidade governa verdadeiramente uma comunidade, tudo começa a encontrar seu lugar. O dom continua importante, mas não se torna centro. A liderança continua necessária, mas não se torna propriedade. A tradição pode ser honrada, mas não recebe a glória que pertence ao Pai. Há espaço para diversidade porque existe uma única finalidade.

No fim, a pergunta que este primeiro “um” coloca diante de nós é muito mais profunda do que simplesmente saber se cremos em um único Deus. A pergunta é se vivemos como se houvesse realmente apenas um. É possível confessar o monoteísmo com os lábios e praticar uma espécie de politeísmo do coração, distribuindo nossa devoção entre muitos centros de importância. Podemos dizer que Deus é Pai e ainda construir nossa identidade sobre

homens. Podemos declarar que toda glória pertence a Ele e continuar buscando silenciosamente uma parcela dela para nós mesmos.

Mas quando Deus volta a ser tudo aquilo que sempre foi, o homem não é destruído; é libertado. Já não precisa sustentar o próprio nome, provar seu valor ou defender seu pequeno reino. Pode tornar-se filho. Pode receber. Pode servir. Pode alegrar-se com o bem do irmão. Pode diminuir sem sentir-se ameaçado, porque sua identidade não depende da posição que ocupa diante dos homens, mas daquele de quem recebeu a vida.

Há um só Deus e Pai.

Sobre todos.

Por meio de todos.

Em todos.

Talvez a unidade do povo de Deus comece exatamente quando essas palavras deixam de ser apenas uma afirmação doutrinária e se tornam a realidade que governa nossa existência. Quando já não buscamos uma glória ao lado da Sua, quando já não desejamos construir famílias ao redor de nosso próprio nome e quando todos, pequenos e grandes, voltam a encontrar sua origem, sua identidade e sua finalidade naquele que é Pai.

Somente uma família que conhece o Pai pode aprender verdadeiramente a reconhecer seus irmãos.

Capítulo II

Um só Senhor — A centralidade absoluta de Cristo

"Um só Senhor."

(Efésios 4.5)

Se o primeiro grande fundamento da unidade está em um só Deus e Pai, o segundo está na confissão de um só Senhor. E talvez nenhuma afirmação seja mais decisiva para a vida da Igreja do que esta, porque dizer que Jesus Cristo é Senhor é dizer que nenhuma outra pessoa, obra, tradição, interesse ou autoridade pode ocupar o centro que pertence somente a Ele.

A palavra "Senhor" pode se tornar tão comum na linguagem cristã que corremos o risco de pronunciá-la sem sentir seu peso. Dizemos "Senhor Jesus" com naturalidade, incluímos Sua autoridade em nossas orações e afirmamos Sua soberania em nossos credos. Mas, nas Escrituras, chamar Jesus de Senhor nunca foi um título decorativo. Era uma confissão absoluta. Significava reconhecer que toda autoridade final, todo direito de governo e toda primazia pertenciam a Ele. Não apenas uma parte da vida, não apenas a esfera religiosa, não apenas o culto ou a doutrina, mas todas as coisas.

Por isso a centralidade de Cristo não pode ser tratada como uma ênfase entre outras. Ela é o próprio eixo da fé cristã. Quando Cristo deixa de ocupar o centro, não importa quão corretas sejam as estruturas que permanecem ao redor; alguma coisa essencial já foi perdida. Podemos conservar a linguagem, os símbolos, os costumes, as doutrinas e até mesmo uma intensa atividade religiosa, mas se o Senhor já não governa verdadeiramente, o centro foi deslocado.

Foi exatamente essa tragédia que começou a aparecer tão cedo na Igreja de Corinto. Paulo encontrou ali uma comunidade rica em dons, conhecimento e manifestações espirituais, mas profundamente fragmentada. Uns diziam: "eu sou de Paulo"; outros: "eu sou de Apolo"; outros: "eu sou de Cefas". A resposta do apóstolo não foi organizar uma reconciliação entre as facções, nem dividir responsabilidades entre as lideranças. Ele fez uma pergunta que atravessa toda a história da Igreja: "Acaso Cristo está dividido?" (1 Coríntios 1.13).

Essa pergunta expõe a raiz do problema. A divisão não começa apenas quando irmãos discordam. Ela começa quando algum outro nome recebe um peso que só Cristo deveria possuir. Paulo, Apolo e Cefas eram servos legítimos, instrumentos usados por Deus, mas o coração humano é capaz de transformar servos em centros. Quando isso acontece, aquilo que deveria conduzir a Cristo começa a competir com Ele.

É possível fazer o mesmo com uma tradição, uma denominação, uma doutrina particular ou uma experiência espiritual. Coisas verdadeiras e até preciosas podem assumir uma posição que nunca lhes foi dada por Deus. O perigo não está apenas no erro declarado. Há um perigo igualmente sutil em absolutizar aquilo que é parcial. Toda vez que uma parte passa a definir o todo, Cristo perde espaço no centro.

Paulo expressa a posição de Cristo com uma linguagem que não permite ambiguidades: "Ele é antes de todas as coisas, e nele tudo subsiste... para em todas as coisas ter a primazia" (Colossenses 1.17-18). Primazia em todas as coisas. Essa expressão não significa apenas que Cristo deve ser respeitado acima dos demais. Significa que tudo

precisa encontrar nEle sua ordem, sua medida e seu sentido. Nada pode ser verdadeiramente compreendido fora de sua relação com o Senhor.

Essa centralidade não é apenas uma doutrina sobre quem Cristo é. Ela exige uma reordenação completa da vida. Se Ele é Senhor, então não somos senhores de nós mesmos. Se Ele é Senhor, nossa vontade não pode permanecer como autoridade final. Se Ele é Senhor, nossos planos, preferências, ambições e projetos precisam estar sujeitos ao Seu governo. A confissão cristã começa exatamente onde termina a autonomia.

Essa talvez seja uma das razões pelas quais a unidade é tão difícil quando a centralidade de Cristo é apenas nominal. Podemos afirmar que Ele é Senhor e ainda assim conduzir nossas vidas, ministérios e comunidades a partir de interesses próprios. Podemos usar Seu nome enquanto protegemos nossos territórios. Podemos falar de Sua vontade enquanto tentamos preservar aquilo que construímos. A linguagem de senhorio pode permanecer, enquanto o governo real continua em nossas mãos.

Mas a verdadeira confissão “Jesus é Senhor” exige rendição, porque não existe senhorio sem governo, e não existe governo de Cristo sem a perda de alguma forma de governo próprio.

Os discípulos aprenderam isso lentamente. Seguir Jesus significava mais do que admirar Seus ensinamentos. Significava permitir que Sua palavra tivesse autoridade sobre suas decisões, seus medos, seus relacionamentos e seu entendimento da própria vida. Muitas vezes eles tentaram encaixar o Senhor dentro de suas expectativas. Disputaram posições, imaginaram grandeza em termos humanos e desejaram saber quem seria o maior. Em cada uma dessas ocasiões, Cristo precisou deslocar novamente o centro.

O problema não era falta de amor por Jesus. Era a dificuldade de aceitar todas as implicações de Seu senhorio.

Essa mesma tensão continua presente entre nós. É possível amar Cristo e ainda querer governar determinados espaços. Podemos entregar a Ele muitas áreas da vida enquanto preservamos outras sob nossa própria autoridade. Podemos permitir que Ele seja Senhor de nossa devoção pessoal, mas resistir quando Seu governo confronta nossas ambições, nossas relações ou nossas preferências eclesiais.

A unidade do povo de Deus encontra aqui um fundamento decisivo. Quando todos vivem sob um só Senhor, nenhum homem precisa exercer uma autoridade que pertence somente a Cristo. Liderança continua existindo, dons continuam existindo, responsabilidades continuam existindo, mas todos eles passam a ser compreendidos como serviço sob uma única Cabeça. Nenhum servo é dono da casa. Nenhum ministro é senhor do povo. Nenhuma comunidade pertence a quem a conduz. O Senhor é um só.

Isso produz liberdade para servir sem possuir.

Talvez uma das maiores deformações da história religiosa tenha surgido quando o serviço se transformou em domínio. Homens chamados para cuidar passaram a controlar, homens chamados para apontar para Cristo passaram a concentrar em si a atenção, e estruturas criadas para servir ao Corpo começaram a proteger a própria existência como se fossem fins em si mesmas. Tudo isso se torna possível quando o senhorio de Cristo é confessado em palavras, mas diluído na prática.

Pedro entendeu esse perigo quando escreveu aos presbíteros para que pastoreassem o rebanho de Deus, “não como dominadores dos que vos foram confiados, antes tornando-vos modelos do rebanho” (1 Pedro 5.3). A expressão é significativa: o rebanho é de Deus. Aqueles que servem não recebem propriedade, apenas responsabilidade. Todo verdadeiro ministério existe debaixo do senhorio de Outro.

É por isso que a centralidade de Cristo não diminui os demais membros do Corpo; ela os protege. Quando Cristo ocupa o centro, nenhum homem precisa ser absoluto. Nenhuma liderança precisa carregar o peso de ocupar um lugar que não lhe pertence. Nenhum servo precisa sustentar uma imagem de indispensabilidade. Todos podem descansar na realidade de que a obra pertence ao Senhor.

Também por isso a centralidade de Cristo é profundamente unificadora. Quando cada grupo se reúne ao redor de si mesmo, as diferenças se tornam fronteiras. Quando todos se reúnem ao redor de Cristo, as diferenças podem permanecer sem se tornarem centros concorrentes. A unidade não exige que todos tenham a mesma história, a mesma linguagem ou a mesma forma de organização. Exige que nenhuma dessas coisas substitua o Senhor.

A famosa imagem de Tozer dos cem pianos afinados pelo mesmo diapasão toca justamente nesse ponto. O verdadeiro acordo não nasce quando cada instrumento tenta se ajustar ao outro, mas quando todos são afinados pela mesma referência. Assim também acontece na Igreja. A proximidade mais profunda entre os filhos de Deus não é produzida pela obsessão em olhar uns para os outros, mas pela comum submissão ao mesmo Senhor.

Quanto mais Cristo ocupa o centro, menos espaço resta para a competição.

Quando Ele recebe a primazia, já não há motivo para disputar quem será maior, porque a grandeza pertence a Ele.

Quando Sua obra se torna a finalidade, já não precisamos defender nossas próprias obras como se fossem absolutas.

Quando Seu nome é suficiente, nossos nomes podem diminuir sem medo.

João Batista entendeu isso com uma clareza incomum. Ao perceber que a atenção começava a se voltar para Jesus, não tentou preservar o próprio movimento. Ele não interpretou o crescimento de Cristo como ameaça ao seu ministério. Sua resposta foi simples e profunda: “É necessário que Ele cresça e que eu diminua” (João 3.30). Essa frase poderia governar toda verdadeira obra cristã.

É necessário, não apenas desejável, que diminua tudo aquilo que compete com a centralidade de Cristo.

O problema não é que existamos, sirvamos ou sejamos usados. O problema começa quando desejamos permanecer visíveis de uma maneira que obscureça o Senhor. Toda verdadeira obra de Deus deveria carregar em si mesma uma disposição para desaparecer, se necessário, desde que Cristo permaneça evidente.

Essa talvez seja uma das provas mais difíceis do senhorio de Jesus em nós. Estamos dispostos a ver Cristo exaltado mesmo quando nossa participação não é reconhecida? Conseguimos nos alegrar quando Deus utiliza outro servo, outra comunidade ou outra expressão para realizar aquilo que desejaríamos realizar? Podemos servir sem precisar ser o centro daquilo que ajudamos a construir?

Essas perguntas tocam o coração porque revelam onde o governo ainda permanece em nossas mãos.

A centralidade de Cristo também nos protege de uma forma mais sofisticada de divisão: a construção de identidades cristãs baseadas em ênfases verdadeiras. Uma comunidade pode ser conhecida por sua defesa da santidade, outra por sua ênfase na graça, outra pelo conhecimento bíblico, outra pela vida no Espírito, outra pela missão. Todas essas realidades possuem lugar nas Escrituras. O problema surge quando a ênfase deixa de ser uma janela para Cristo e se transforma no centro ao redor do qual nossa identidade é construída.

Nenhuma verdade parcial pode carregar o peso da totalidade.

Cristo pode.

Porque a verdade não é apenas um conjunto de proposições. Ela encontra sua plenitude em uma Pessoa.

Quanto mais profundamente a Igreja conhece o Senhor, menos necessidade sente de absolutizar suas próprias ênfases. Ela pode reconhecer aquilo que recebeu e, ao mesmo tempo, perceber que Cristo é infinitamente maior do que sua experiência, sua tradição ou sua compreensão. Essa consciência produz humildade e abre espaço para reconhecer o que o mesmo Senhor está realizando em outros.

Paulo demonstra essa atitude quando escreve: “Porque não pregamos a nós mesmos, mas a Cristo Jesus como Senhor, e a nós mesmos como vossos servos por amor de Jesus” (2 Coríntios 4.5). Aqui existe uma ordem que deveria governar todo ministério. Cristo como Senhor; nós como servos.

Quando essa ordem é invertida, mesmo discretamente, os problemas começam. O servo passa a precisar de seguidores. O ministério passa a precisar preservar sua marca. A comunidade passa a existir para perpetuar sua própria história. Aquilo que deveria ser um caminho para Cristo se transforma em destino.

Mas quando a ordem permanece correta, há uma liberdade extraordinária. Podemos servir intensamente sem exigir posse. Podemos trabalhar com dedicação sem transformar a obra em nossa identidade final. Podemos construir e, se necessário, entregar. Podemos desaparecer sem que o propósito seja perdido, porque o centro nunca fomos nós.

Cristo continua sendo Senhor.

Essa realidade nos conduz também à cruz. O senhorio de Cristo não pode ser separado da maneira como Ele venceu. O Novo Testamento não apresenta um Senhor que conquistou Sua posição mediante a lógica do poder humano. Aquele diante de quem todo joelho se dobrará é o mesmo que se humilhou, assumiu forma de servo e foi obediente até à morte.

Paulo escreve que, por causa dessa humilhação, Deus O exaltou sobremaneira e Lhe deu o nome que está acima de todo nome, “para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho... e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai” (Filipenses 2.9-11).

Há uma profunda revelação nesse caminho.

O Senhor governa como aquele que Se entregou.

Sua autoridade carrega a marca da cruz.

Isso significa que toda expressão genuína de Seu senhorio entre os filhos de Deus deverá carregar o mesmo caráter. Não pode existir um governo espiritual segundo Cristo que se manifeste por ambição, manipulação ou exaltação pessoal. Onde o Senhor governa, a forma de Seu governo começa a aparecer em Seus servos: serviço, entrega, obediência e amor.

Essa é outra razão pela qual a centralidade de Cristo produz unidade. O ego deseja dominar, mas o Senhor ensina a servir. O ego deseja ser reconhecido, mas o Senhor chama para a entrega. O ego procura preservar sua posição, mas Cristo demonstra que a verdadeira autoridade pode esvaziar-se sem perder aquilo que Deus lhe concedeu.

A Igreja não encontrará unidade tentando equilibrar muitos senhores. Ela somente poderá expressá-la quando reconhecer, de fato, que existe um só.

Um só Senhor significa que todas as demais autoridades são relativas. Toda liderança, toda tradição, toda teologia, todo ministério e todo nome precisam ajoelhar-se, não para serem destruídos, mas para encontrarem seu lugar correto diante daquele cujo nome está acima de todo nome.

Essa é também a razão pela qual a pergunta central da vida cristã não é simplesmente “o que pensamos sobre Cristo?”, mas “quem governa?”. Podemos possuir uma cristologia correta e ainda viver sob o governo do ego. Podemos defender a divindade de Cristo e resistir à Sua autoridade prática. Podemos afirmar que Ele é Senhor do universo e, ao mesmo tempo, preservar pequenos territórios nos quais Sua palavra não tem a última palavra.

A verdadeira confissão do senhorio de Jesus precisa descer da boca para a vontade; é nesse lugar que a unidade deixa de ser teoria.

Dois homens que desejam governar dificilmente caminharão juntos por muito tempo. Dois homens submetidos ao mesmo Senhor podem atravessar diferenças profundas sem precisar transformar essas diferenças em ruptura. Não porque deixaram de possuir convicções, mas porque reconhecem que nenhum deles é a medida final.

Cristo é a medida.

Essa submissão comum cria um terreno completamente diferente para a comunhão. Podemos discordar e ainda assim permanecer irmãos, porque nossa relação não depende da vitória de uma opinião sobre outra. Podemos aprender, corrigir e até mesmo esperar, porque sabemos que existe um Senhor capaz de conduzir Seus servos.

É por isso que a maturidade espiritual não se revela apenas pelo conhecimento que acumulamos, mas pela facilidade com que nos submetemos ao governo de Cristo. O homem imaturo precisa vencer discussões para preservar sua identidade. O homem que conhece o Senhor pode permanecer seguro mesmo quando precisa rever sua posição, porque sua identidade não está em estar sempre certo, mas em pertencer a Cristo.

No fim, “um só Senhor” é uma declaração contra toda forma de independência espiritual. A Igreja não possui muitos centros de autoridade final; possui um. Não existem vários Cristos adaptados às preferências de cada grupo. Existe um só Senhor, e o grande chamado de cada geração não é inventar uma nova forma de cristianismo, mas retornar continuamente à simplicidade e à profundidade desse governo: Cristo no centro, acima de nossos nomes, tradições, obras e preferências, como medida de todas as coisas.

Quando isso acontece, algo da unidade do Espírito começa a tornar-se visível sem que precise ser fabricado. Não porque todas as diferenças desapareceram, mas porque todas foram colocadas debaixo de uma autoridade maior.

Há um só Senhor.

E talvez a maior necessidade da Igreja não seja encontrar novas maneiras de se unir, mas redescobrir, com temor e alegria, o que significa realmente dobrar-se diante dEle.

Capítulo III

Um só Espírito — A vida que nos conduz

"Um só Espírito."

(Efésios 4.4)

Se há um só Deus e Pai sobre todos, e se há um só Senhor diante de quem todo joelho deve se dobrar, há também um só Espírito por meio do qual essa realidade se torna viva na experiência dos filhos de Deus. Sem o Espírito Santo, a paternidade de Deus permaneceria para nós apenas como doutrina, e o senhorio de Cristo poderia ser confessado sem jamais alcançar as profundezas da vontade. É o Espírito quem torna interior aquilo que, de outro modo, permaneceria apenas exterior. Ele não apenas nos informa acerca de Deus; comunica-nos a vida de Deus. Não apenas aponta para Cristo; forma Cristo em nós. Não apenas apresenta o caminho; conduz-nos por ele.

Talvez uma das maiores perdas da vida cristã seja reduzir o Espírito Santo à esfera dos dons, das manifestações extraordinárias ou das experiências intensas. Tudo isso pode ter seu lugar, mas o Espírito é muito mais do que o poder que atua em determinados momentos. Ele é a presença de Deus habitando em Seus filhos, a vida divina comunicada ao homem interior, aquele que opera silenciosamente para conduzir tudo aquilo que pertence ao velho homem para a morte e formar, em seu lugar, a vida que procede de Deus. A Igreja não vive do entusiasmo religioso, da força de suas estruturas ou da inteligência de seus líderes. Vive pelo Espírito.

Paulo escreve aos romanos: “todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus” (Romanos 8.14). É uma afirmação extraordinária, porque não diz apenas que os filhos possuem o Espírito, mas que são conduzidos por Ele. A filiação não é apresentada como uma condição estática, mas como uma vida sob direção. O Espírito não habita em nós para tornar-se um recurso que utilizamos quando precisamos de ajuda. Ele habita para exercer governo. Ser espiritual, portanto, não significa simplesmente possuir experiências espirituais, mas viver sob uma direção que já não procede de nós mesmos.

Essa distinção é fundamental. O homem natural deseja até mesmo usar as coisas de Deus para realizar seus próprios objetivos. Pode buscar poder espiritual sem desejar governo espiritual. Pode desejar dons sem desejar submissão. Pode querer a ação do Espírito enquanto preserva intacta a própria vontade. Contudo, o Espírito Santo não foi dado para fortalecer a independência do homem, mas para conduzi-lo para fora dela. Sua obra toca exatamente o centro daquilo que o pecado produziu: a autonomia.

No Éden, o homem escolheu viver a partir de si mesmo. O Espírito trabalha em sentido contrário, restaurando uma vida de dependência. Ele nos ensina novamente a receber, ouvir, esperar e obedecer. Isso exige uma transformação profunda, porque a natureza humana prefere controlar o caminho. Gostamos de saber antecipadamente para onde estamos indo, como chegaremos e quais serão os resultados. O Espírito, porém, muitas vezes nos conduz de maneira que confronta essa necessidade de domínio. “O vento sopra onde quer”, disse o Senhor, “e ouves a sua voz, mas não sabes de onde vem nem para onde vai; assim é todo o que é nascido do Espírito” (João 3.8).

Há uma liberdade nessa vida que o homem natural considera perigosa, porque ela não pode ser completamente administrada. Não significa ausência de verdade, desordem ou irresponsabilidade. Significa que a vida de Deus não pode ser reduzida aos nossos sistemas. O Espírito não se torna prisioneiro de nossas previsões. Ele conduz segundo a

vontade de Deus, e o filho aprende a andar não apenas por aquilo que consegue compreender, mas pela confiança naquele que o guia.

Israel conheceu esse princípio no deserto. Uma nuvem repousava sobre o tabernáculo, e quando a nuvem se movia, o povo caminhava. Quando ela permanecia, o povo permanecia. Às vezes ficavam apenas poucos dias; outras vezes, muito mais tempo. A direção não era determinada pelo conforto do povo nem pela conveniência da jornada, mas pela presença de Deus. Era preciso aprender a mover-se quando Deus se movia e a permanecer quando Deus permanecia.

Há algo profundamente espiritual nessa imagem. A carne tem dificuldade tanto em caminhar quanto em esperar. Em alguns momentos, quer permanecer quando Deus chama para avançar; em outros, quer avançar quando Deus ordena permanecer. O problema não está simplesmente no movimento ou na quietude, mas na origem da decisão. A vida conduzida pelo Espírito pergunta menos “o que desejo fazer?” e mais “onde Deus está conduzindo?”.

Essa disposição é indispensável para a unidade dos filhos de Deus. Enquanto cada homem for dirigido principalmente por seus próprios interesses, convicções pessoais e ambições, cedo ou tarde os caminhos se tornarão concorrentes. A unidade não pode ser preservada pela simples soma de vontades independentes. É necessário que exista uma direção comum mais profunda do que todas elas.

Por isso Paulo fala da “unidade do Espírito”. A expressão é precisa. Não é a unidade da organização, da cultura ou da opinião. É uma unidade cuja origem está no Espírito porque uma única vida foi comunicada aos muitos. Os filhos de Deus não são unidos apenas porque creem nas mesmas verdades, mas porque o mesmo Espírito habita neles.

“Pois em um só Espírito fomos todos batizados em um corpo” (1 Coríntios 12.13). Judeus e gregos, servos e livres, pessoas separadas por história, cultura e posição social, foram introduzidas em uma realidade que nenhuma dessas distinções poderia produzir. A unidade não surgiu da eliminação das diferenças, mas da comunicação de uma vida superior a elas.

Essa verdade precisa ser contemplada com cuidado. O Espírito que habita em mim não é semelhante ao Espírito que habita em meu irmão. É o mesmo Espírito. Não recebemos versões distintas da vida de Deus. Existe uma única fonte, uma única presença, uma única vida. Isso significa que todo verdadeiro filho de Deus carrega dentro de si algo que não lhe pertence exclusivamente e que o une, em uma profundidade que talvez nem consiga compreender, a todos os demais filhos.

Se levássemos essa realidade verdadeiramente a sério, talvez muitas de nossas relações fossem diferentes. Poderíamos olhar para um irmão de tradição, temperamento ou cultura inteiramente distintos e reconhecer que, por baixo de todas essas diferenças, existe nele a mesma presença divina que habita em nós. Não seria necessário negar as diferenças, mas seria impossível absolutizá-las.

A carne, contudo, opera na direção oposta. Ela acentua aquilo que separa, protege preferências, constrói identidades e transforma diferenças secundárias em fronteiras definitivas. O Espírito continuamente nos conduz de volta àquilo que é comum. Não a uma uniformidade artificial, mas à percepção de que a vida fundamental é uma.

É por isso que andar no Espírito e preservar a unidade são realidades inseparáveis. A divisão pode se manifestar em palavras, decisões ou estruturas, mas frequentemente começa muito antes, no interior, quando deixamos de andar segundo o Espírito e voltamos a agir segundo a carne. Paulo torna essa relação explícita aos gálatas. As obras

da carne incluem “inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões e facções” (Gálatas 5.20). Não é acidental que tantas manifestações da carne estejam diretamente relacionadas à ruptura da comunhão.

A carne divide porque está centrada em si mesma. Ela compara, disputa, exige reconhecimento, guarda ressentimento e insiste em sua própria razão. Mesmo quando usa linguagem religiosa, continua sendo carne. Pode defender uma doutrina correta com um espírito errado. Pode combater pelo que considera verdade enquanto manifesta exatamente aquilo que contradiz o caráter do Espírito.

O fruto do Espírito, em contraste, possui uma natureza inteiramente diferente: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio. Esses não são apenas traços de caráter individuais. São condições espirituais que tornam possível a vida comum. Onde há amor, o irmão pode ser recebido. Onde há longanimidade, diferenças podem ser suportadas. Onde há mansidão, a necessidade de vencer diminui. Onde há domínio próprio, a reação impulsiva perde seu poder. A unidade do Espírito é guardada por pessoas nas quais o próprio Espírito encontra liberdade para produzir Seu fruto.

É importante perceber que o Espírito não faz isso anulando nossa personalidade. Ele não transforma todos os filhos de Deus em cópias uns dos outros. A unidade divina nunca exige uniformidade humana. O mesmo Espírito que produz uma só vida também distribui diferentes dons, diferentes medidas e diferentes funções. A diversidade não é um acidente a ser corrigido, mas parte da sabedoria de Deus.

O problema começa quando aquilo que foi dado para servir passa a existir para si mesmo. Um dom que deixa de servir ao propósito de Deus torna-se facilmente motivo de comparação. Uma experiência espiritual pode transformar-se em padrão pelo qual julgamos os outros. Uma maneira particular de Deus agir conosco pode tornar-se uma medida universal que exigimos dos demais.

Mas o Espírito nunca glorifica a si mesmo dessa maneira, muito menos nossos dons. Sua obra sempre conduz para além do instrumento. O Senhor disse a respeito dele: “Ele me glorificará” (João 16.14). Essa frase revela o caráter profundo do ministério do Espírito Santo. Ele não chama atenção para si como um fim isolado; trabalha para tornar Cristo real e glorioso aos olhos dos filhos de Deus.

Por isso uma vida verdadeiramente cheia do Espírito não é aquela que fala mais sobre experiências espirituais, mas aquela na qual Cristo se torna mais evidente. O Espírito não procura formar pessoas impressionantes. Procura formar a semelhança do Filho.

Essa obra é geralmente muito mais silenciosa do que gostaríamos. Gostamos do que pode ser percebido rapidamente, mas o Espírito trabalha em profundidades que muitas vezes não são vistas. Ele confronta motivos, expõe intenções, traz luz sobre áreas que preferiríamos preservar e nos conduz por processos nos quais a vida do eu vai perdendo força.

Paulo descreve essa ação dizendo que, pelo Espírito, mortificamos os feitos do corpo (Romanos 8.13). Há, portanto, um aspecto profundamente cruciforme em Sua obra. O Espírito não veio apenas para nos dar poder para realizar coisas; veio também para aplicar em nós aquilo que Deus realizou na cruz.

Essa realidade prepara diretamente o caminho para o próximo grande fundamento da unidade: um só batismo. Mas antes de chegarmos ali, precisamos reconhecer que a morte do velho homem não pode ser produzida pela força do próprio velho homem. Nenhum homem consegue crucificar a si mesmo pela disciplina natural. É o Espírito quem torna real em nossa experiência aquilo que Deus já declarou verdadeiro.

Essa dependência protege a vida cristã de se transformar em moralismo. Podemos compreender que precisamos ser humildes, pacientes e amorosos e tentar produzir tudo isso pela força da vontade. Durante algum tempo, talvez consigamos manter uma aparência. Mas aquilo que procede da carne continua sendo carne, ainda que tenha aparência religiosa.

O Espírito não melhora a carne; Ele produz outra vida.

Essa é uma das verdades mais libertadoras do evangelho. Deus não espera que o velho homem aprenda a viver como Cristo. Ele comunica a vida de Cristo pelo Espírito e começa a formar em nós aquilo que jamais poderíamos produzir naturalmente. A santidade cristã não é imitação exterior, mas expressão de uma vida interior.

Da mesma maneira, a unidade verdadeira não é o esforço de pessoas naturalmente incompatíveis para manter uma convivência educada. É a expressão crescente de uma vida comum que já foi comunicada pelo Espírito.

É por isso que a oração, a sensibilidade espiritual e a dependência de Deus não são aspectos secundários da unidade. Nenhum acordo humano pode substituir a necessidade de ouvir o Espírito. Podemos construir estruturas perfeitas de cooperação e ainda perder a vida que deveria sustentá-las. Podemos manter uma aparência exterior de harmonia enquanto o interior está cheio de resistência, ciúme e autopreservação.

A unidade espiritual precisa ser guardada espiritualmente, e isso exige homens e mulheres dispostos a serem conduzidos.

Talvez esse seja um dos pontos mais difíceis para nossa geração. Vivemos em uma cultura que valoriza autonomia, planejamento, domínio e previsibilidade. Até mesmo a vida da Igreja pode ser organizada de maneira que praticamente não exista espaço para dependência real. Planejamos tudo, estruturamos tudo, definimos metas, construímos estratégias e então pedimos que Deus abençoe aquilo que já decidimos.

Não há nada errado em planejar, mas existe uma profunda diferença entre planejar sob direção e planejar em independência. O Espírito não é um selo divino aplicado aos nossos projetos. Ele é Senhor da direção.

A Igreja do livro de Atos conheceu essa realidade de maneira muito concreta. Em determinada ocasião, Paulo e seus companheiros tentaram pregar na Ásia, mas foram impedidos pelo Espírito Santo; depois tentaram seguir para a Bitínia, e novamente o Espírito não permitiu. Somente depois receberam direção para seguir à Macedônia (Atos 16.6-10). É uma passagem desconcertante para nossa mentalidade pragmática. Eles queriam pregar o evangelho, algo absolutamente legítimo, mas uma intenção correta não era suficiente para substituir a direção de Deus.

É possível fazer a coisa certa no tempo errado ou no lugar errado.

A vida no Espírito exige mais do que boa intenção. Exige escuta.

Isso também se aplica aos relacionamentos dentro do Corpo. Quantas divisões poderiam ser evitadas se, antes de reagirmos, aprendêssemos a ouvir? Quantas palavras não seriam pronunciadas se dêssemos ao Espírito espaço para governar nossa língua? Quantos julgamentos seriam suspensos se permitíssemos que Ele expusesse primeiro nosso próprio coração?

Paulo aconselha: “Se vivemos no Espírito, andemos também no Espírito” (Gálatas 5.25). Há diferença entre possuir vida e andar de acordo com ela. Todo filho de Deus recebeu o Espírito, mas nem todo momento de sua vida é necessariamente governado por Ele. A exortação existe porque ainda podemos escolher caminhos que contradizem a vida que recebemos.

A unidade do Espírito precisa, portanto, ser guardada por um povo que aprende a andar no Espírito.

Isso não acontecerá de maneira automática. Requer sensibilidade, disposição para obedecer, prontidão para abandonar caminhos legítimos quando Deus não está neles, humildade para reconhecer que podemos estar enganados e silêncio suficiente para ouvir.

Quanto mais um homem é conduzido pelo Espírito, menos precisa impor a si mesmo. Ele aprende que não é a fonte, não é o centro e não é o guia final. Isso o torna mais livre para caminhar com outros, porque sua segurança já não depende do controle.

Essa talvez seja uma das marcas mais profundas da maturidade espiritual: a capacidade de ser conduzido. O homem imaturo precisa saber, controlar e decidir; o homem que amadurece no Espírito aprende a seguir.

No fim, “um só Espírito” significa muito mais do que afirmar a existência da terceira Pessoa da Trindade. Significa reconhecer que existe uma única vida capaz de sustentar o Corpo, um único poder capaz de vencer a carne, uma única presença capaz de conduzir os filhos de Deus em direção à vontade do Pai.

Não somos mantidos unidos pela força de nossas afinidades, mas sustentados por uma vida que veio do alto. Não caminhamos porque todos enxergamos com a mesma clareza, mas porque o mesmo Espírito continua conduzindo aqueles que pertencem a Deus.

E quando essa direção se torna mais importante do que nossa própria vontade, algo da unidade que já existe no Espírito começa a tornar-se visível entre os filhos.

Um só Pai.

Um só Senhor.

Um só Espírito.

E onde o Espírito governa, o homem começa a perder o direito de permanecer no centro.

É exatamente aí que encontramos o próximo grande fundamento da unidade: um só batismo.

Capítulo IV

Um só batismo — O sepultamento do velho homem

"Um só batismo."

(Efésios 4.5)

Entre as sete grandes realidades que Paulo apresenta como fundamento da unidade dos filhos de Deus, talvez nenhuma tenha sido tão facilmente reduzida à sua expressão exterior quanto o batismo. Para muitos cristãos, ele permanece principalmente como a lembrança de uma cerimônia, uma profissão pública de fé ou um marco de entrada na comunidade cristã. Tudo isso pode estar legitimamente relacionado a ele, mas não alcança ainda a profundidade com que o Novo Testamento o apresenta. Quando Paulo fala sobre o batismo, especialmente em Romanos 6 e Colossenses 2, sua linguagem não é primeiramente a de uma celebração, mas a de uma morte e de um sepultamento. Há uma sentença de Deus sobre uma velha humanidade, e o batismo se ergue diante de nós como testemunho visível de que essa sentença foi executada em Cristo. Não se trata simplesmente de um homem que decidiu começar uma vida religiosa melhor; trata-se de um homem que reconhece que aquilo que era em Adão foi levado à morte e colocado no túmulo.

Paulo escreve aos romanos: “Ou não sabeis que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte? Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo, para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida” (Romanos 6.3-4). A linguagem é extraordinariamente forte. Não fomos apenas instruídos por Cristo, perdoados por Cristo ou chamados a seguir o exemplo de Cristo; fomos identificados com Sua morte. O batismo aponta para essa união. Há algo que Deus realizou em Cristo que alcança não apenas os pecados cometidos pelo homem, mas o próprio homem que os produz. A cruz não tratou somente os frutos da velha humanidade. Foi à raiz. “Sabendo isto”, continua Paulo, “que foi crucificado com ele o nosso velho homem” (Romanos 6.6). O que Deus colocou sob julgamento não foi simplesmente um conjunto de comportamentos que precisavam ser corrigidos, mas uma humanidade inteira cuja fonte estava em Adão e cuja característica fundamental era viver a partir de si mesma.

É importante compreender o que as Escrituras chamam de velho homem. Não se trata apenas dos aspectos moralmente mais evidentes de nossa antiga vida, como ira, imoralidade, mentira ou violência. Tudo isso certamente pertence à velha ordem, mas o velho homem é muito mais profundo. É o homem cuja referência está em si mesmo, cuja vontade deseja conservar o governo e cuja vida se organiza ao redor da preservação do próprio eu. Ele pode ser grosseiro ou refinado, ignorante ou instruído, religioso ou irreligioso. Pode até aprender a falar sobre Deus, servir em uma comunidade e defender verdades bíblicas, enquanto continua encontrando em si mesmo a origem de suas decisões e a finalidade de suas ações. A essência da velha humanidade não é apenas fazer coisas erradas; é viver independentemente de Deus, preservando o eu como centro.

Essa é a humanidade que Deus não decidiu reformar. Há uma tendência profundamente religiosa em imaginar que a obra de Deus consiste em pegar o homem natural e aperfeiçoá-lo até que se torne suficientemente espiritual. Tentamos discipliná-lo, educá-lo, instruí-lo e revesti-lo de boas práticas, esperando que, depois de um processo suficientemente longo, ele se torne capaz de expressar a vida de Deus. Mas Romanos 6 nos coloca diante de uma sentença completamente diferente. Deus não aperfeiçoou o velho homem. Crucificou-o. Não procurou encontrar

nele alguma coisa sobre a qual pudesse construir Seu propósito. Levou-o à morte juntamente com Cristo. A diferença é imensa, porque todo esforço religioso que parte da confiança na velha humanidade está tentando preservar exatamente aquilo sobre o qual Deus já pronunciou Seu juízo.

É nesse ponto que o batismo se torna uma declaração tão radical. Ao entrarmos nas águas, não estamos apenas dizendo que desejamos seguir Jesus a partir daquele momento; estamos concordando com Deus acerca daquilo que éramos em Adão. Aceitamos Sua sentença. Reconhecemos que a velha vida não possui futuro no propósito divino. O batismo não apresenta diante de Deus um homem melhorado, mas testemunha o sepultamento daquele que Deus levou à cruz. Paulo não diz apenas que morremos; diz que fomos sepultados com Cristo. E o sepultamento acrescenta algo importante à morte, porque declara que aquilo que morreu já não deve permanecer entre os vivos como se ainda possuísse direitos. Sepultamos aquilo cuja história terminou.

Colossenses 2 reforça exatamente essa mesma realidade: “tendo sido sepultados juntamente com ele no batismo, no qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé no poder de Deus, que o ressuscitou dentre os mortos” (Colossenses 2.12). A ordem não pode ser alterada: sepultados com Ele e ressuscitados com Ele. Não há novidade de vida sem o reconhecimento de que uma velha existência foi levada ao fim. O cristianismo não é a continuação melhorada da vida de Adão. É uma passagem pela morte para uma vida cuja origem está na ressurreição. Deus não coloca vinho novo em um recipiente velho e espera que ambos aprendam a coexistir pacificamente. Há uma ruptura entre duas ordens, entre duas fontes de vida, entre aquilo que somos por natureza e aquilo que recebemos em Cristo.

Grande parte de nossa dificuldade espiritual talvez venha exatamente da tentativa de conciliar aquilo que Deus separou pela cruz. Desejamos a vida da ressurreição, mas continuamos preservando os direitos da velha humanidade. Queremos experimentar a força de uma vida nova sem permitir que a sentença de morte alcance nossas ambições, nossa necessidade de reconhecimento, nosso desejo de controle e nossa insistência em termos a última palavra. Gostamos da ideia de ressurreição porque ela fala de vida, poder e novidade, mas hesitamos diante do sepultamento porque ele nos diz que alguma coisa não pode ser levada conosco. O túmulo estabelece uma fronteira. Há coisas que pertencem ao lado de cá e que não atravessam para o outro lado.

Por isso Paulo não apresenta Romanos 6 apenas como uma doutrina a ser compreendida, mas como uma realidade a ser considerada: “assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus” (Romanos 6.11). Considerar-se morto não significa cultivar uma imaginação religiosa ou convencer-se de algo que não aconteceu. Significa alinhar nossa consciência com aquilo que Deus declara ter realizado em Cristo. A fé não produz a crucificação do velho homem; recebe como verdadeiro o fato de que Deus já a realizou. Isso é profundamente libertador, porque nos tira da tentativa impossível de crucificarmos a nós mesmos mediante força de vontade, disciplina ou ascetismo. Não somos chamados a executar uma sentença que ainda está pendente. Somos chamados a viver à luz de uma sentença que já foi pronunciada na cruz.

Isso não significa que o velho homem nunca mais tente manifestar-se em nossa experiência. Quem conhece minimamente seu próprio coração sabe como a velha vida procura recuperar terreno, especialmente quando somos contrariados, ignorados, feridos ou colocados em posição de perda. Mas justamente nesses momentos o batismo permanece diante de nós como testemunho de uma realidade mais profunda do que nossos impulsos. Aquilo que reage, exige, disputa e procura preservar a si mesmo pertence a uma ordem que Deus já levou ao juízo. A pergunta deixa de ser apenas se determinada reação é socialmente aceitável ou moralmente adequada. A pergunta passa a ser:

de qual vida isso procede? É o velho homem tentando sair novamente do túmulo, ou é a vida que recebemos em Cristo encontrando expressão?

Essa questão se torna ainda mais séria quando pensamos na unidade dos filhos de Deus. A divisão encontra seu terreno mais fértil precisamente na vida não julgada do velho homem. É ele quem necessita ser reconhecido, quem transforma serviço em propriedade, quem faz de uma convicção uma extensão de sua própria identidade e quem percebe o crescimento do outro como ameaça. Pode existir muita linguagem espiritual ao redor dessas coisas, mas sua fonte continua sendo a autopreservação. O velho homem pode defender doutrinas corretas com espírito de competição, pode buscar pureza enquanto se alimenta de superioridade e pode falar da obra de Deus enquanto deseja secretamente que essa obra esteja associada ao seu próprio nome. É exatamente por isso que não existe unidade verdadeira sem a cruz.

Não adiantaria reunir milhares de velhos homens em uma mesma estrutura e chamar isso de unidade. Eles poderiam estabelecer regras, aceitar protocolos, aprender a linguagem da tolerância e manter uma cooperação admirável enquanto seus interesses permanecessem alinhados. Mas, no momento em que o território de um tocasse o território de outro, aquilo que estava apenas contido voltaria a aparecer. A unidade do Espírito não consiste em ensinar Adão a conviver melhor com Adão. Deus está fazendo algo completamente diferente. Ele encerrou judicialmente a história do velho homem na cruz e está formando uma nova humanidade cuja vida não procede de si mesma.

É por isso que Paulo liga tão imediatamente o sepultamento à novidade de vida. “Fomos sepultados com ele... para que... andemos nós em novidade de vida.” O objetivo de Deus não é manter-nos ocupados contemplando a morte, mas libertar-nos para viver a partir de uma nova fonte. A morte é necessária porque não pode existir verdadeira novidade enquanto a velha origem continua governando. O evangelho não nos apresenta um Adão religiosamente aperfeiçoado, mas uma vida que nasce do outro lado da morte. O homem natural pode imitar determinados comportamentos cristãos, aprender uma linguagem piedosa e exercer uma impressionante disciplina moral, mas somente aquilo que procede da nova vida pode verdadeiramente expressar aquilo que Deus deseja.

Colossenses amplia esse pensamento ao falar não apenas do sepultamento no capítulo 2, mas do despir-se do velho homem no capítulo seguinte. “Não mintais uns aos outros, uma vez que vos despistes do velho homem com os seus feitos e vos revestistes do novo homem” (Colossenses 3.9-10). Paulo não está descrevendo apenas a substituição de maus comportamentos por bons comportamentos; está falando de duas humanidades. Uma pertence à velha criação; outra está sendo renovada segundo a imagem daquele que a criou. A vida cristã, portanto, não é apenas individual. Deus está trazendo à existência uma humanidade nova, uma realidade corporativa na qual as antigas bases de distinção e vanglória perdem sua autoridade final.

É por isso que a cruz possui uma força tão profundamente niveladora. Todos os filhos de Deus chegam ao mesmo lugar. Não importa o que possuíam segundo a natureza, qual era sua posição, sua formação, sua história ou sua capacidade. O velho homem de todos recebeu a mesma sentença. Ninguém atravessa a cruz carregando algum mérito da velha criação que o coloque acima do irmão. Todos fomos conduzidos ao mesmo sepultamento e todos dependemos da mesma vida que vem da ressurreição. Aquele que compreende isso perde pouco a pouco o terreno sobre o qual poderia construir superioridade espiritual, porque sabe que tudo aquilo que verdadeiramente possui diante de Deus é resultado da graça.

Essa realidade também altera nossa compreensão das diferenças entre os filhos de Deus. O batismo não apaga personalidade, história, cultura ou função. Deus não está formando uma humanidade uniforme, composta de

peças indistinguíveis. O que a cruz remove é o direito dessas diferenças se tornarem fundamento de superioridade, competição ou separação. Em Gálatas, Paulo diz que todos quantos foram batizados em Cristo se revestiram de Cristo e, por essa razão, as antigas categorias que separavam judeu e grego, escravo e livre, homem e mulher já não determinavam sua posição diante de Deus. Não significa que as distinções deixaram de existir em todos os sentidos, mas que perderam seu poder de definir a identidade última daqueles que agora pertencem a Cristo.

O batismo, portanto, é uma declaração de mudança de humanidade. Ele não diz simplesmente: agora adotei uma nova crença. Diz: minha velha origem foi julgada. Não afirma apenas que pretendo viver de maneira diferente, mas que uma vida foi sepultada e outra se tornou minha fonte. Não é apenas o começo de uma nova fase dentro da mesma existência; é o testemunho de uma passagem pela morte. Essa verdade é tão radical que, se fosse realmente recebida em sua profundidade, transformaria muito de nossa maneira de compreender a vida cristã e a comunhão entre os santos.

Quantas disputas perderiam sua força se nos lembrássemos de que aquele que insiste em vencer já foi sepultado? Quantas necessidades de reconhecimento seriam expostas como reivindicações de uma vida sobre a qual Deus pronunciou a cruz? Quantos conflitos ministeriais revelariam-se, no fundo, como tentativas do velho homem de conservar alguma forma de propriedade sobre aquilo que pertence a Deus? O problema não é que tenhamos responsabilidades, convicções ou que devamos algumas vezes defender aquilo que é verdadeiro. A questão está na fonte da qual fazemos isso. É possível permanecer firme sem autopreservação, corrigir sem superioridade e servir sem possuir. A nova vida não é passiva, mas não precisa fazer de si mesma o centro.

É exatamente nos relacionamentos que a doutrina da cruz deixa de ser abstrata. Podemos falar com facilidade sobre morrer para nós mesmos enquanto ninguém toca em nossos interesses. É quando somos contrariados que descobrimos quanto ainda consideramos indispensável nossa própria vontade. É quando outro recebe reconhecimento que percebemos quanto ainda desejávamos aquela glória. É quando não somos compreendidos que aparece nossa necessidade de justificar cada movimento. É quando precisamos abrir mão de alguma coisa legítima que a realidade de Romanos 6 começa a alcançar o lugar onde vivemos. A cruz não é uma ideia sublime para ser admirada à distância. É a sentença de Deus sobre o princípio de vida que insiste em colocar o eu no centro.

Contudo, é importante não transformar essa verdade em uma forma de violência contra nós mesmos. A morte do velho homem não significa desprezo pela personalidade, anulação da vontade ou destruição daquilo que Deus criou em nós. A cruz não elimina a criatura; liberta a criatura do governo de uma vida independente. Deus não quer homens sem personalidade, mas personalidades que já não tenham em si mesmas sua fonte e seu fim. Pedro continua sendo Pedro, João continua sendo João, Paulo continua sendo Paulo, mas aquilo que anteriormente existia para si começa a ser colocado a serviço de uma vida maior. A cruz não empobrece a verdadeira humanidade; remove aquilo que a deformou.

É por isso que o batismo sempre aponta também para a ressurreição. Se a mensagem terminasse no sepultamento, teríamos apenas uma espiritualidade da negação. Mas Paulo diz que fomos sepultados “para que... andemos em novidade de vida”, e Colossenses afirma que fomos também ressuscitados com Cristo “mediante a fé no poder de Deus”. A finalidade da morte é abrir caminho para a vida. Deus não quer apenas que deixemos de viver para nós mesmos; deseja que outra vida encontre liberdade para se expressar em nós. A cruz remove o obstáculo, mas a ressurreição revela o propósito.

Quando essa nova vida começa a governar, a comunhão deixa de ser simplesmente um dever e se torna expressão de algo que já compartilhamos. Podemos reconhecer o irmão sem sentir que sua existência ameaça a nossa,

podemos alegrar-nos com aquilo que Deus realiza através dele e podemos servir lado a lado sem transformar funções diferentes em posições concorrentes. Não porque tenhamos alcançado uma extraordinária capacidade natural de convivência, mas porque a fonte da antiga competição foi submetida à cruz. A unidade torna-se possível exatamente onde o velho homem deixa de reivindicar o centro.

Talvez seja isso que torna “um só batismo” uma realidade tão necessária entre os sete “uns” de Efésios 4. Paulo não está apenas lembrando aos cristãos que todos passaram pela mesma cerimônia. Está apontando para aquilo que essa cerimônia testemunha: todos fomos incluídos na mesma morte. Não existe uma cruz para o homem importante e outra para o desconhecido, uma morte para o líder e outra para o último membro, uma sentença para o pecador evidente e outra mais favorável para o homem religioso. Há um só batismo porque há uma só sentença divina sobre a velha humanidade. Todos fomos levados ao mesmo lugar, e nenhum de nós pode trazer para o outro lado aquilo que Deus decidiu deixar no túmulo.

Essa consciência deveria produzir uma profunda humildade entre os filhos de Deus. Não estamos juntos porque alguns conseguiram elevar-se espiritualmente ao nível dos outros, mas porque todos foram igualmente reduzidos à completa dependência da graça. Se há vida, ela veio de Deus. Se há alguma coisa digna de permanecer, ela pertence à nova criação. Se existe fruto espiritual, não pode ser reivindicado como glória da velha humanidade. A cruz remove de todos nós qualquer fundamento para vanglória e nos coloca diante da mesma necessidade: viver pela vida de Outro.

Talvez a pergunta mais séria que o batismo continue fazendo ao longo de toda a caminhada cristã seja esta: estamos deixando sepultado aquilo que Deus sepultou? Podemos ter passado pelas águas há muitos anos e ainda tentar ressuscitar diariamente o homem que vive para seu próprio nome, sua própria vontade e sua própria importância. O ato ocorreu uma vez, mas sua verdade precisa penetrar continuamente nossas escolhas, nossos relacionamentos, nossos ministérios e nossas ambições. Não repetimos a cruz, mas aprendemos cada vez mais profundamente a concordar com ela.

Fomos crucificados com Ele. Fomos sepultados com Ele. E fomos chamados a andar em novidade de vida. Essa é a grande passagem do batismo: da velha humanidade para a nova, da independência para a dependência, da vida centrada em si mesma para uma vida recebida de Deus. A unidade dos filhos não começa quando conseguimos tornar o velho homem mais tolerante, mas quando reconhecemos que ele jamais foi chamado a fazer parte da nova criação. Seu lugar é a cruz. Seu destino é o sepultamento.

E somente quando o homem deixa de procurar em si mesmo a fonte da vida começa a compreender aquilo que significa viver pela fé.

Capítulo V

Uma só fé — A vida que repousa em Deus

"Uma só fé."

(Efésios 4.5)

Depois de falar de um só batismo, Paulo acrescenta: "uma só fé". A ordem é significativa. O batismo nos colocou diante da morte do velho homem, da sentença de Deus sobre uma vida que buscava em si mesma sua origem, sua força e seu governo. A fé nos conduz agora para o outro lado dessa realidade. Se o velho homem foi sepultado, já não podemos continuar vivendo a partir da confiança em nós mesmos. Uma vida que passou pela cruz precisa aprender a repousar em Outro. Talvez seja essa uma das maneiras mais profundas de compreendermos a fé: ela é o abandono da autossuficiência para que toda a confiança seja colocada naquilo que Deus é, naquilo que Deus disse e naquilo que Deus realizou.

Por isso a fé bíblica não começa na força do homem, mas justamente no reconhecimento de sua incapacidade. Enquanto ainda pensamos que possuímos em nós mesmos os recursos necessários para alcançar o propósito de Deus, a fé permanece apenas como uma ideia religiosa. Podemos confessar doutrinas corretas e até falar constantemente sobre confiar em Deus, enquanto nossa vida continua sustentada por nossa própria capacidade, nosso entendimento, nossa experiência e nossa segurança. A fé começa a adquirir realidade quando todas essas coisas deixam de ser fundamentos. Não significa que inteligência, conhecimento, experiência ou capacidade percam seu valor, mas deixam de ocupar o lugar de confiança última. A fé não nos torna irresponsáveis; torna-nos dependentes.

Abraão talvez seja uma das mais claras demonstrações desse princípio. Deus lhe prometeu aquilo que, do ponto de vista natural, já não poderia acontecer. Sua própria condição e a de Sara anunciavam impossibilidade. A promessa divina levou Abraão a um lugar onde os recursos humanos não poderiam produzir o cumprimento. E exatamente ali a fé encontrou seu verdadeiro terreno. Paulo escreve que ele, "sem enfraquecer na fé, embora levasse em conta o seu próprio corpo amortecido" e a condição de Sara, não duvidou da promessa de Deus, mas foi fortalecido, "estando plenamente convicto de que ele era poderoso para cumprir o que prometera" (Romanos 4.19-21). A fé não exigiu que Abraão negasse os fatos. Ele viu a impossibilidade, mas viu algo maior do que ela: a fidelidade daquele que havia prometido.

Esse é um ponto decisivo. A fé não é uma capacidade humana de acreditar intensamente até que alguma coisa aconteça. Sua força não está na intensidade daquele que crê, mas na fidelidade daquele em quem se crê. Abraão não recebeu a promessa porque conseguiu desenvolver uma convicção extraordinária dentro de si mesmo. Sua confiança encontrou descanso em Deus. A pergunta fundamental da fé não é quanto conseguimos acreditar, mas quem é aquele em quem depositamos nossa confiança.

A velha humanidade procura segurança em coisas que consegue controlar. Precisa ver, medir, prever e administrar. A fé nos conduz para uma relação completamente diferente, porque nos chama a depender de uma Palavra cuja garantia está no próprio caráter de Deus. Foi assim desde o princípio. Quando Deus chamou Abraão para sair de sua terra, não lhe entregou previamente um mapa completo da jornada. "Sai da tua terra... para a terra que te mostrarei." A caminhada começou antes que todos os detalhes fossem conhecidos. Hebreus resume essa

experiência dizendo que Abraão “partiu sem saber aonde ia” (Hebreus 11.8). Havia uma direção suficiente para obedecer, mas não informação suficiente para controlar.

Essa talvez seja uma das razões pelas quais a fé é tão difícil para o homem natural. Ela confronta diretamente nosso desejo de possuir antecipadamente todas as garantias. Gostaríamos que Deus nos revelasse o caminho inteiro antes de dar o primeiro passo. Queremos saber o resultado antes de obedecer, compreender antes de nos entregar e possuir certeza visível antes de descansar. Mas a fé frequentemente nos coloca diante de uma palavra suficiente para caminhar e de um futuro que permanece nas mãos de Deus.

“Pela fé andamos e não pelo que vemos” (2 Coríntios 5.7). Essa declaração não é um convite à irracionalidade, mas à transferência de nossa fonte de segurança. A vida deixa de ser governada exclusivamente pelo que os olhos naturais conseguem perceber e passa a ser determinada pela realidade de Deus. O visível continua existindo, mas já não possui a palavra final.

Essa mesma fé está no centro de toda a experiência da salvação. Paulo escreve aos efésios que somos salvos “pela graça, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie” (Efésios 2.8-9). A própria estrutura do evangelho remove do homem qualquer possibilidade de apresentar-se diante de Deus como fonte de sua salvação. A graça oferece aquilo que o homem não poderia produzir; a fé simplesmente recebe.

Essa é uma das razões pelas quais fé e vanglória são incompatíveis. Quem vive verdadeiramente pela fé sabe que não possui motivo para exaltar a si mesmo. Tudo foi recebido. A fé abre as mãos exatamente onde o orgulho gostaria de fechá-las ao redor de alguma conquista própria. O homem religioso deseja apresentar alguma coisa a Deus e dizer: “isto eu fiz”. A fé aponta para aquilo que Deus realizou e diz: “isto recebi”.

Talvez seja por isso que Paulo, ao tratar da justificação em Romanos, pergunte: “Onde, pois, a jactância? Foi de todo excluída” (Romanos 3.27). A fé retira o terreno sobre o qual o homem poderia construir superioridade. Diante de Deus, ninguém entra pela força da própria justiça. Ninguém chega por mérito maior, disciplina maior ou história mais digna. Todos dependem da mesma graça e recebem pela mesma fé.

Essa realidade possui uma importância imensa para a unidade dos filhos de Deus. Se todos chegamos a Deus da mesma maneira, pela graça recebida mediante a fé, de onde poderia surgir qualquer fundamento legítimo para superioridade espiritual? Aquele que conhece mais não foi salvo pelo conhecimento. Aquele que serve mais não foi recebido por causa do serviço. Aquele que possui uma longa história cristã continua dependendo hoje da mesma graça pela qual entrou no primeiro dia. A fé nos coloca continuamente no terreno da dependência.

É justamente aqui que “uma só fé” deixa de significar apenas que possuímos algumas crenças em comum. Certamente existe um conteúdo objetivo da fé. Judas fala da “fé que uma vez por todas foi entregue aos santos” (Judas 3), e o Novo Testamento utiliza essa expressão para se referir à verdade recebida pela Igreja. Não há infinitos evangelhos, infinitos fundamentos ou inúmeras mensagens contraditórias igualmente verdadeiras. Deus revelou uma verdade, entregou um testemunho e chamou Seu povo a permanecer nele. Contudo, essa fé objetiva jamais pode ser separada da confiança viva naquele que se revelou.

O perigo aparece quando a fé é reduzida a um sistema intelectual. Podemos conhecer corretamente inúmeras doutrinas e ainda permanecer profundamente centrados em nós mesmos. É possível transformar até mesmo a verdade em motivo de orgulho. O conhecimento que deveria conduzir-nos à adoração pode tornar-se instrumento de superioridade, e aquilo que recebemos por graça pode começar a ser tratado como propriedade.

Paulo precisou confrontar exatamente essa tendência em Corinto ao afirmar que “o saber ensoberbece, mas o amor edifica” (1 Coríntios 8.1). O problema não estava no conhecimento verdadeiro, mas no uso que o velho homem fazia dele. Conhecer algo corretamente não nos concede o direito de desprezar aqueles que ainda não chegaram à mesma compreensão. Se a verdade realmente procede de Deus, deveria produzir em nós reverência, gratidão e humildade.

Há, portanto, uma diferença profunda entre possuir convicções e construir nossa identidade sobre nossa capacidade de compreender. A fé não nos chama à ausência de convicção. Pelo contrário, pode tornar-nos profundamente firmes. Mas essa firmeza não nasce da confiança em nossa própria infalibilidade. Nasce da confiança em Deus.

Essa distinção é particularmente importante quando pensamos na unidade da Igreja. Ao longo da história, filhos de Deus que compartilhavam a mesma fé fundamental muitas vezes se separaram por questões que, embora importantes, foram elevadas ao nível da própria base da comunhão. Cada grupo passou a definir a plenitude da fé a partir das ênfases que recebeu, como se sua compreensão particular esgotasse toda a realidade de Deus.

Não precisamos diminuir a importância da doutrina para reconhecer esse perigo. A verdade importa precisamente porque Deus é verdadeiro. Há erros que precisam ser confrontados, falsos evangelhos que não podem ser aceitos e ensinamentos que atingem o próprio fundamento da fé. A unidade não exige indiferença à verdade. Mas existe diferença entre permanecer fiel ao fundamento e transformar cada conclusão particular em condição para reconhecer um irmão.

Paulo parece fazer uma distinção semelhante em Romanos 14. Havia entre os cristãos diferenças reais acerca de alimentos e dias. O apóstolo não afirma que todas as opiniões eram igualmente maduras, mas também não permite que essas diferenças destruam a comunhão. “Quem és tu que julgas o servo alheio? Para o seu próprio senhor está em pé ou cai” (Romanos 14.4). Havia uma realidade maior do que a questão em debate: ambos pertenciam ao mesmo Senhor.

A fé verdadeira cria esse tipo de humildade porque reconhece que nossa compreensão ainda está em processo. Paulo escreve aos coríntios: “porque agora vemos como em espelho, obscuramente; então veremos face a face. Agora conheço em parte” (1 Coríntios 13.12). Há uma sobriedade espiritual em reconhecer que, embora a verdade de Deus seja perfeita, nossa compreensão dela ainda não é plena. Não precisamos transformar essa limitação em relativismo. Precisamos apenas lembrar que Deus continua sendo maior do que aquilo que já compreendemos sobre Ele.

Talvez uma das marcas da maturidade seja justamente a capacidade de sustentar convicções profundas sem transformar-se na medida de todos os demais. Podemos dizer: “creio nisso diante de Deus” sem precisar concluir imediatamente: “e todo aquele que ainda não enxerga como eu não pode pertencer verdadeiramente a Ele”. A fé nos dá firmeza diante de Deus e humildade diante dos homens.

Há, porém, uma expressão de Paulo que nos impede de tratar “uma só fé” apenas como uma realidade estática recebida no início da caminhada cristã. Poucos versículos depois de declarar que há uma só fé, o apóstolo afirma que os ministérios foram dados à Igreja “até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (Efésios 4.13). Existe aqui uma tensão extraordinariamente bela: a fé já é uma, e ainda assim precisamos chegar à unidade da fé. O fundamento já foi estabelecido, mas o Corpo ainda está crescendo na compreensão, na experiência e na expressão daquilo que recebeu.

Não estamos caminhando em direção a uma nova fé, mas em direção à plena correspondência com a única fé que Deus já entregou ao Seu povo.

Isso significa que as diferenças que hoje ainda existem entre os filhos de Deus não representam o estado final da Igreja. Conhecemos em parte, compreendemos em parte e expressamos em parte. Nossa visão ainda é limitada pelas medidas de nossa maturidade, por nossa história, por nossas tradições e até mesmo pelas limitações próprias desta era. Mas Deus não deixou Seu Corpo condenado a uma fragmentação eterna de entendimento. Há um “até que” no propósito divino. Há um alvo para o qual o Espírito conduz a Igreja, e esse alvo é descrito não apenas como unidade da fé, mas como “pleno conhecimento do Filho de Deus”. Quanto mais plenamente Cristo for conhecido, menos espaço haverá para aquilo que nasceu apenas de nossa parcialidade.

É importante perceber que Paulo não coloca no centro dessa unidade futura uma formulação doutrinária, mas uma Pessoa. “Até que todos chegemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus.” A plenitude da unidade está inseparavelmente ligada à plenitude do conhecimento de Cristo. Hoje podemos contemplá-Lo a partir de medidas diferentes, enfatizar aspectos diferentes de Sua verdade e carregar compreensões que ainda necessitam ser alargadas. Mas o propósito de Deus não termina nessa parcialidade. Ele conduz Seu povo para uma medida na qual Cristo será a referência comum de todos, não apenas confessado exteriormente, mas conhecido em uma profundidade que produzirá maturidade corporativa.

Por isso Paulo continua: “à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo”. A unidade da fé não é meramente concordância intelectual; é maturidade. É o Corpo chegando à medida de sua Cabeça. É aquilo que hoje aparece fragmentado, incompleto e distribuído em muitas medidas sendo reunido sob a plenitude daquele que é tudo. Nesse sentido, podemos dizer que chegará o momento em que não haverá mais conflito entre nossa compreensão e a realidade de Deus, porque aquilo que hoje conhecemos em parte dará lugar ao conhecimento pleno que Ele determinou para Seus filhos.

Tal perspectiva deveria produzir em nós não insegurança quanto à verdade, mas profunda humildade. Se há um “até que”, então nenhum de nós pode comportar-se como se já tivesse alcançado sozinho a medida final. Podemos possuir convicções firmes e ainda reconhecer que estamos caminhando. Podemos defender aquilo que vemos nas Escrituras sem imaginar que nossa medida presente esgota a plenitude de Cristo. E podemos receber nossos irmãos não porque todas as diferenças sejam irrelevantes, mas porque sabemos que o mesmo Deus que começou a obra está conduzindo todo o Seu Corpo para um destino no qual a parcialidade dará lugar à plenitude.

Talvez seja exatamente esse um dos grandes significados da expressão “uma só fé”. Há hoje uma fé que nos une em sua origem e haverá uma manifestação plena dessa unidade na maturidade. Entre essas duas realidades existe a caminhada da Igreja. Não partimos da divisão procurando inventar uma unidade; partimos de uma fé que já é uma e somos conduzidos, pelo crescimento no conhecimento de Cristo, à expressão cada vez mais perfeita dessa unidade.

O que hoje vemos como fragmentos encontrará sua medida final nEle.

O que hoje conhecemos em parte encontrará sua plenitude nEle.

E aquilo sobre o que hoje ainda divergimos por causa de nossa limitação não permanecerá para sempre como marca do povo de Deus.

Há um “até que”.

Até que todos chegemos.

Até que a fé que já é uma seja plenamente conhecida e expressa por um Corpo maduro.

Até que Cristo seja a medida de todos.

Isso deveria transformar nossa maneira de caminhar uns com os outros. O irmão não é necessariamente alguém que já chegou ao mesmo ponto em que chegamos, nem nós chegamos necessariamente onde ele chegou. Deus pode estar trabalhando diferentes aspectos em diferentes pessoas, usando cada uma para revelar alguma medida da riqueza que nenhuma delas possui isoladamente. A fé comum cria o terreno no qual podemos crescer juntos.

Essa realidade exige paciência. O velho homem deseja que todos alcancem rapidamente sua própria conclusão. A fé pode esperar, porque confia que Deus é capaz de conduzir Seus filhos. Isso não significa passividade diante do erro, mas liberta-nos da necessidade de controlar o processo espiritual dos outros.

Paulo demonstra essa confiança quando escreve aos filipenses: “se, porventura, pensais de outro modo, também isto Deus vos esclarecerá” (Filipenses 3.15). Há algo extraordinariamente sereno nessa frase. Ele não abandona sua convicção, mas reconhece que a revelação final pertence a Deus. Pode ensinar, exortar e testemunhar, mas não precisa assumir o lugar do Espírito na consciência do irmão.

Esse tipo de fé cria espaço para a verdadeira comunhão.

Onde há confiança em Deus, há menos necessidade de controlar pessoas.

Onde acreditamos que o Senhor é capaz de ensinar Seus filhos, podemos servir sem dominar.

Onde sabemos que a verdade pertence a Deus, não precisamos defendê-la como propriedade pessoal.

A fé nos retira do centro até mesmo quando estamos falando sobre a verdade.

Há ainda uma dimensão mais profunda. A fé não é apenas o meio pelo qual começamos a vida cristã. É o princípio pelo qual toda a vida deve continuar. Paulo escreve aos gálatas: “a vida que agora vivo na carne, vivo pela fé no Filho de Deus” (Gálatas 2.20). A fé não é a porta de entrada para uma vida que depois será sustentada por nossa força. Entramos pela fé e continuamos pela fé.

Essa foi exatamente a repreensão do apóstolo aos gálatas: “tendo começado no Espírito, estais agora vos aperfeiçoando na carne?” (Gálatas 3.3). É possível receber a vida de Deus pela fé e depois tentar desenvolver essa vida pela força natural. Começamos dependendo e, pouco a pouco, voltamos a confiar em métodos, capacidades e desempenho.

A verdadeira fé nos mantém no lugar da dependência.

É por isso que ela possui uma relação tão profunda com o capítulo anterior. O batismo disse que o velho homem foi sepultado. A fé diz que já não precisamos ressuscitá-lo para sustentar a vida cristã. Não precisamos recorrer novamente à força daquele que Deus levou à cruz. Podemos viver a partir da suficiência de Deus.

Isso não produz passividade. Abraão caminhou. Noé construiu. Moisés voltou ao Egito. Os heróis de Hebreus 11 agiram intensamente. A diferença está na fonte da ação. Fé não significa não fazer nada; significa agir porque Deus falou, e não porque confiamos em nossos próprios recursos.

A obediência é a forma visível da fé.

Quando verdadeiramente confiamos, obedecemos.

É relativamente fácil afirmar que confiamos em Deus enquanto Sua vontade coincide com nossos desejos. A fé se revela quando a Palavra de Deus nos chama para além daquilo que conseguimos controlar. Foi assim com Abraão ao deixar sua terra, e foi assim novamente quando recebeu a ordem de oferecer Isaque. Em ambos os momentos, a fé precisou escolher entre aquilo que conseguia compreender e aquele em quem havia aprendido a confiar.

Hebreus diz que Abraão considerou que Deus era poderoso até mesmo para ressuscitar Isaque dentre os mortos (Hebreus 11.19). Sua fé já havia aprendido algo essencial: quando a promessa e as circunstâncias parecem entrar em conflito, Deus continua sendo fiel. Ele não conhecia o caminho da solução, mas conhecia o caráter daquele que havia prometido.

Uma Igreja que vive por essa fé possui uma liberdade que o mundo dificilmente compreende. Ela não precisa proteger sua existência a qualquer preço, porque sua segurança está em Deus. Não precisa construir sua identidade sobre poder, influência ou reconhecimento. Pode perder aquilo que é temporal sem imaginar que perdeu aquilo que é eterno.

Isso toca diretamente nossa unidade. Grande parte das divisões nasce do medo de perder algo: espaço, identidade, influência, segurança, tradição ou reconhecimento. Defendemos com intensidade aquilo que acreditamos garantir nossa permanência. Mas a fé nos pergunta se nossa segurança está realmente nessas coisas.

Se Deus é nossa segurança, podemos abrir mão sem desaparecer.

Podemos compartilhar sem empobrecer.

Podemos reconhecer outros sem diminuir nosso próprio valor.

Podemos servir sem garantir para nós mesmos uma posição permanente.

A fé liberta-nos da necessidade de autopreservação porque nos ensina que nossa vida está nas mãos de Deus.

Talvez por isso Hebreus 11 apresente os homens e mulheres de fé também como peregrinos. Abraão habitou em tendas porque esperava “a cidade que tem fundamentos, da qual Deus é o arquiteto e edificador” (Hebreus 11.10). A fé os tornava capazes de viver sem transformar a ordem presente em sua segurança definitiva.

Nesse sentido, a fé já começa a preparar-nos para a esperança que contemplaremos adiante. Quem vive pela fé aprende a caminhar em direção àquilo que ainda não vê. O presente não contém tudo aquilo que Deus prometeu. Existe algo adiante, e a fé permite que nossa vida seja determinada por essa realidade futura antes de sua manifestação visível.

Mas, antes de chegarmos à esperança, existe uma realidade que precisa aparecer no centro deste estudo. Aqueles que compartilham um Pai, se submetem ao mesmo Senhor, possuem o mesmo Espírito, passaram pelo mesmo sepultamento e vivem pela mesma fé não permanecem como indivíduos espirituais isolados.

Existe uma realidade corporativa produzida por tudo isso.

Há um só Corpo.

No fim, “uma só fé” não significa que todos os filhos de Deus possuem idêntico grau de compreensão, a mesma história espiritual ou exatamente as mesmas conclusões em todas as questões. Significa que todos repousam sobre uma mesma realidade que não produziram. Há um só fundamento, uma só graça, uma só obra divina da qual dependemos e uma única fidelidade que sustenta nossa caminhada.

A fé não nos reúne ao redor da confiança em nossa própria interpretação.

Reúne-nos ao redor da confiança em Deus.

E quanto mais profundamente aprendemos a viver dessa maneira, menos precisamos fazer de nós mesmos a medida de todos os demais. Podemos permanecer firmes sem orgulho, convictos sem dureza e dependentes sem medo, porque sabemos que aquilo que sustenta nossa vida não está em nós.

Uma só fé.

Não a fé na força do homem.

Não a fé na instituição.

Não a fé no ministério.

Não a fé em nossa própria capacidade de compreender todas as coisas.

Mas a fé que abandona toda pretensão de autossuficiência e encontra descanso em Deus.

E aqueles que descansam na mesma fidelidade começam a descobrir que não caminham sozinhos.

Capítulo VI

Um só Corpo — A expressão visível de uma única vida

"Há um só corpo."

(Efésios 4.4)

Quando Paulo chega à expressão “um só corpo”, ele nos conduz ao ponto em que todas as realidades anteriores deixam de ser apenas verdades recebidas individualmente e passam a assumir uma forma corporativa. Há um só Deus e Pai, um só Senhor, um só Espírito, um só batismo e uma só fé; portanto, não poderia haver muitos corpos. A mesma vida que procede de uma única fonte, se submete a um único Senhor, é comunicada por um único Espírito e atravessa a mesma morte não pode produzir, diante de Deus, organismos espirituais independentes uns dos outros. O Corpo é um porque sua vida é uma. Essa talvez seja uma das verdades mais simples do Novo Testamento e, ao mesmo tempo, uma das mais difíceis de serem expressas na história da Igreja. Estamos acostumados a pensar a partir daquilo que vemos: muitas comunidades, muitas tradições, muitas denominações, muitas formas de governo, muitos nomes. Paulo, porém, começa do outro lado. Ele não olha primeiro para as expressões visíveis e pergunta como poderão se unir; olha para a realidade espiritual e afirma que, antes de todas as nossas divisões, há um só Corpo.

Essa afirmação muda profundamente a maneira como compreendemos a Igreja. Um corpo não é uma associação formada por partes independentes que decidiram cooperar. Não existe primeiro a mão, depois o braço, depois o olho e, em algum momento, uma decisão entre eles de constituir um organismo. O corpo antecede a função particular de cada membro. A mão é mão porque pertence ao corpo; o olho encontra sentido porque está ligado ao corpo; nenhum membro possui existência plena em isolamento. Paulo recorre repetidamente a essa figura porque ela expressa algo que nenhuma linguagem meramente institucional conseguiria comunicar. A Igreja não é uma federação de indivíduos espirituais autônomos. É uma realidade orgânica. “Assim também nós, conquanto muitos, somos um só corpo em Cristo e membros uns dos outros” (Romanos 12.5). Não somos apenas membros de Cristo; somos também membros uns dos outros. Há uma relação dada por Deus que antecede nossas preferências e que não depende de nossa afinidade natural.

Isso confronta diretamente o individualismo religioso. É possível receber o evangelho de maneira tão centrada na experiência pessoal que quase toda a vida cristã passe a ser compreendida em termos de “minha salvação”, “minha chamada”, “meu ministério”, “minha experiência com Deus”. Cada uma dessas expressões pode possuir um sentido legítimo, mas se permanecer isolada da realidade do Corpo, começamos a imaginar que Deus está formando apenas indivíduos melhores em vez de uma humanidade corporativa. O propósito divino vai além de salvar pessoas para que cada uma desenvolva uma relação privada com Ele. Deus está formando um povo, uma casa, um Corpo, uma realidade na qual a vida de cada membro encontra seu verdadeiro lugar em relação aos demais. A salvação nos reconcilia com Deus, mas também nos introduz em uma comunhão que não criamos.

Paulo é especialmente claro quando escreve aos coríntios: “porque, assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo” (1 Coríntios 12.12). A expressão final é surpreendente. Poderíamos esperar que ele dissesse “assim também é a Igreja”, mas escreve “assim também com respeito a Cristo”. Ele contempla Cristo e Seus membros em uma união tão

profunda que pode usar a figura do corpo inteiro para falar dessa realidade. Isso não significa que os membros deixem de ser criaturas ou se confundam com a pessoa do Senhor, mas revela quão inseparável é, no propósito de Deus, a Cabeça daqueles que receberam Sua vida. A Igreja não é um apêndice acrescentado a Cristo; é o Corpo por meio do qual Sua vida encontra expressão.

Se isso é verdade, então nenhuma parte pode reivindicar ser o todo. O olho é verdadeiramente parte do corpo, mas não é o corpo inteiro. A mão possui uma função real, mas não pode olhar para os demais membros e concluir que tudo aquilo que não é mão está fora do organismo. É exatamente aqui que surge uma das maiores tentações da história eclesial. Deus concede a uma comunidade alguma medida de luz, levanta servos, restaura determinada verdade, produz uma experiência genuína, e pouco a pouco aquela expressão começa a olhar para si mesma não mais como parte, mas como medida do todo. Uma ênfase recebida se transforma em identidade exclusiva; uma experiência se torna padrão universal; um movimento que nasceu para servir ao Corpo começa a agir como se fosse o próprio Corpo.

Esse é um deslocamento sutil porque pode acontecer sem qualquer negação consciente de Cristo. Os homens continuam amando o Senhor, pregando as Escrituras e servindo sinceramente, mas começam a enxergar a realidade espiritual através dos limites de sua própria história. Aquilo que Deus lhes confiou passa a ser confundido com a totalidade daquilo que Deus está fazendo. O resultado é inevitavelmente uma forma de sectarismo, ainda que jamais usemos esse nome. O sectarismo não começa apenas quando rejeitamos abertamente outros cristãos; começa quando fazemos de uma parte a medida pela qual julgamos o todo.

Paulo encontrou algo semelhante em Corinto. A igreja havia se fragmentado ao redor de nomes de servos: Paulo, Apolo, Cefas. Cada grupo transformava uma relação legítima em princípio de separação. A resposta apostólica foi direta: “Acaso Cristo está dividido?” (1 Coríntios 1.13). A força da pergunta está justamente nisso: as divisões dos homens não conseguem produzir vários Cristos. Podem criar partidos, tradições e identidades, mas Cristo continua sendo um, e Seu Corpo continua sendo um. A realidade divina não se ajusta às fronteiras que criamos.

Isso não significa que diferenças históricas, doutrinárias ou práticas sejam irrelevantes. Algumas são sérias, outras não podem simplesmente ser ignoradas, e a unidade nunca deve ser usada como desculpa para abandonar a verdade. Contudo, existe uma diferença profunda entre discernir uma questão e negar a realidade do Corpo. Podemos discordar de um irmão e ainda reconhecer que ele pertence a Cristo. Podemos rejeitar determinada prática sem reivindicar que nossa própria expressão esgote a Igreja. Podemos guardar convicções sem transformar essas convicções em um novo centro de identidade.

É aqui que a diferença entre unidade e uniformidade se torna necessária. A unidade bíblica não exige que todos os membros façam a mesma coisa, possuam o mesmo temperamento, recebam o mesmo dom ou reproduzam a mesma forma de serviço. Um corpo formado apenas por olhos seria uma monstruosidade, não uma expressão de unidade. Paulo pergunta: “Se todo o corpo fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo fosse ouvido, onde, o olfato?” (1 Coríntios 12.17). A diversidade não contradiz a unidade; pertence a ela. O problema não é que os membros sejam diferentes, mas que transformem suas diferenças em independência.

O corpo exige diferença e interdependência ao mesmo tempo. Cada membro recebe algo que o outro não possui da mesma maneira, e por isso ninguém pode dizer: “não preciso de ti” (1 Coríntios 12.21). Essa talvez seja uma das frases mais confrontadoras para toda forma de autossuficiência eclesial. É possível uma comunidade tornar-se tão satisfeita consigo mesma que, na prática, já não reconheça necessidade alguma daquilo que Deus

concedeu a outros membros do Corpo. Possui seus mestres, sua música, sua estrutura, sua tradição, sua linguagem e seus próprios recursos; pouco a pouco, começa a viver como um organismo completo em si mesmo. Contudo, diante de Deus, nenhuma expressão local contém sozinha toda a plenitude de Cristo.

Há algo que somente aprendemos quando encontramos no irmão aquilo que Deus não nos deu. A diversidade dos dons deveria produzir humildade, porque revela nossa insuficiência individual. O mestre precisa do pastor, o pastor precisa daquele que serve silenciosamente, aquele que possui discernimento precisa daquele que manifesta misericórdia, e todos dependem de inúmeros membros que talvez nunca sejam vistos publicamente. Paulo diz que “os membros do corpo que parecem ser mais fracos são necessários” (1 Coríntios 12.22). A lógica do Corpo é muito diferente da lógica humana, que geralmente mede importância pela visibilidade. Deus distribui Sua vida de maneira que ninguém possa reunir em si mesmo tudo aquilo que pertence ao todo.

Esse princípio vale também para as comunidades. Talvez uma igreja tenha recebido grande luz sobre determinado aspecto da verdade, enquanto outra manifeste com particular beleza uma dimensão diferente da vida cristã. Uma pode carregar uma forte consciência de santidade, outra de missão, outra de comunhão, outra de intercessão, outra de serviço. O erro começa quando cada uma transforma aquilo que recebeu em evidência de superioridade, em vez de reconhecê-lo como uma contribuição para algo maior do que ela própria. O dom nunca foi dado para que o membro se torne centro. Foi dado “visando a um fim proveitoso” (1 Coríntios 12.7), para a edificação comum.

Se todos somos membros uns dos outros, então a realização espiritual do irmão não é uma ameaça, mas um benefício para o Corpo ao qual também pertencemos. Quando outra comunidade é usada por Deus, algo acontece dentro da mesma realidade da qual fazemos parte. Quando um irmão cresce em Cristo, o Corpo é fortalecido. Quando um membro sofre, Paulo diz que “todos sofrem com ele”; quando é honrado, “todos se regozijam com ele” (1 Coríntios 12.26). Essa consciência é profundamente contrária à competição religiosa. A competição só faz sentido quando imaginamos que existem reinos separados disputando recursos, atenção e influência. Dentro de um único Corpo, a vitória de um membro não é derrota para outro.

Talvez seja exatamente aí que descobrimos quanto ainda pensamos institucionalmente em vez de corporalmente. Podemos nos alegrar quando Deus age em nosso meio e permanecer quase indiferentes quando Ele age em outro lugar. Podemos falar do crescimento da “nossa igreja” como se estivéssemos falando de uma realidade desconectada da Igreja de Deus. Podemos medir sucesso por números que pertencem à nossa estrutura, esquecendo que o propósito de Deus não é tornar uma parte impressionante, mas conduzir todo o Corpo à maturidade.

Efésios 4 apresenta essa maturidade em termos extraordinariamente corporativos. Os dons foram concedidos “com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço, para a edificação do corpo de Cristo, até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” (Efésios 4.12-13). O alvo não é o crescimento isolado de alguns membros, nem a grandeza de determinada obra. É a edificação do Corpo até que todos cheguemos. Há um destino corporativo no propósito de Deus.

Esse “todos” precisa ser levado a sério. A maturidade cristã não é simplesmente a chegada de alguns indivíduos excepcionais a uma experiência superior. Deus busca a estatura de um homem corporativo. A linguagem de Paulo é singular: “à perfeita varonilidade”, não a uma coleção de homens espiritualmente completos vivendo lado a lado, mas à medida de uma plenitude que pertence a Cristo e que deve encontrar expressão em Seu Corpo. O crescimento de cada membro importa porque contribui para essa realidade maior.

Por isso o mesmo capítulo continua dizendo que, “seguindo a verdade em amor, crescamos em tudo naquele que é a cabeça, Cristo, de quem todo o corpo, bem ajustado e consolidado pelo auxílio de toda junta, segundo a justa cooperação de cada parte, efetua o seu próprio aumento para a edificação de si mesmo em amor” (Efésios 4.15-16). Poucos textos descrevem de maneira tão completa a vida do Corpo. Cristo é a Cabeça, cada parte possui uma medida, cada junta fornece alguma coisa, e o crescimento acontece pela cooperação de todos. Nenhum membro cresce verdadeiramente apenas para si.

Isso também significa que a unidade não pode ser reduzida a encontros ocasionais entre comunidades ou a declarações públicas de fraternidade. Essas coisas podem ter valor, mas a unidade do Corpo é muito mais profunda. Ela aparece quando começamos a viver com a consciência de que aquilo que Deus depositou em nós não nos pertence exclusivamente. O dom é para o Corpo. O conhecimento é para o Corpo. O serviço é para o Corpo. Até mesmo as experiências pelas quais Deus nos conduz podem se tornar alimento para outros.

Quando essa consciência se perde, a obra de Deus pode se transformar em propriedade. Começamos a falar daquilo que “construímos”, das pessoas que “são nossas”, da visão que “nos pertence”. Pouco a pouco, o vocabulário revela uma mentalidade de posse. Mas o Corpo não pertence aos membros; pertence à Cabeça. Paulo pergunta aos coríntios: “Foi Paulo crucificado por vós? Ou fostes, porventura, batizados em nome de Paulo?” (1 Coríntios 1.13). Nenhum servo pagou o preço pelo Corpo. Nenhum fundador possui os santos. Nenhum líder pode reivindicar uma parte da Igreja como propriedade pessoal.

Isso deveria produzir uma profunda liberdade. Se os filhos pertencem ao Senhor, não precisamos retê-los para preservar nossa importância. Se determinada pessoa for melhor servida em outro lugar, não perdemos um membro de nossa propriedade, porque nunca foi nossa propriedade. Se Deus usar outra comunidade para realizar algo que desejávamos realizar, Seu Corpo foi beneficiado. Essa maneira de pensar é quase impossível para o velho homem, porque ele mede crescimento em termos de posse. Mas a cruz já tratou exatamente desse princípio.

O Corpo só pode ser vivido onde a centralidade do eu começa a perder força. É por isso que a sequência dos capítulos importa. Não poderíamos chegar a “um só Corpo” sem passar por “um só batismo”. Enquanto cada membro insiste em preservar sua própria vida como centro, a realidade corporativa permanecerá apenas como doutrina. O velho homem pode frequentar uma igreja, colaborar com atividades e até servir intensamente, mas não sabe viver como membro, porque ser membro significa aceitar que a vida maior não termina em si mesmo.

A mão existe para algo além da mão, o olho existe para algo além do olho, e todo membro encontra sua plenitude servindo à realidade da qual faz parte.

Há nessa verdade uma libertação extraordinária da necessidade de ser completo em nós mesmos. Não precisamos possuir todos os dons, compreender todas as coisas ou realizar todas as funções. Podemos receber com gratidão a medida que Deus nos deu e, igualmente, receber a medida que Ele deu aos outros. A maturidade não é tornar-se independente dos demais, mas saber cada vez mais profundamente como nossa medida se encaixa no propósito comum.

Essa interdependência precisa ser discernida espiritualmente, porque pode ser substituída por mera dependência humana. A vida do Corpo não significa controle mútuo, invasão da consciência ou perda da responsabilidade pessoal diante de Deus. Cada membro permanece diretamente ligado à Cabeça. É justamente essa ligação que permite uma relação saudável com os demais. Quando um homem ocupa para outro o lugar que

pertence a Cristo, a comunhão se torna domínio. Quando Cristo permanece Cabeça, os membros podem servir uns aos outros sem se possuírem.

A expressão “um só Corpo” também nos impede de confundir uma organização visível com a totalidade da Igreja. Toda comunidade local deveria procurar expressar fielmente o Corpo naquele lugar, mas jamais reivindicar para si a exclusividade daquilo que pertence a todos os santos. A igreja local não é menos importante por reconhecer isso; torna-se mais fiel à sua natureza. Sua grandeza não está em se tornar uma totalidade autossuficiente, mas em manifestar, em determinado lugar, a vida do único Corpo.

Isso exige uma disposição para reconhecer irmãos que Deus reconhece, mesmo quando não compartilham todas as nossas formas. Se Cristo os recebeu, precisamos ter muito cuidado antes de construir barreiras que Ele não construiu. Isso não elimina o discernimento nem significa que toda expressão religiosa seja igualmente verdadeira. O Novo Testamento conhece falsos mestres, falsos irmãos e falsos evangelhos. A unidade do Corpo nunca pode ser usada para apagar essas distinções. Mas onde existe verdadeiramente a vida de Cristo, existe algo que devemos reconhecer como pertencente à mesma realidade espiritual.

A pergunta então deixa de ser apenas: “ele pertence ao nosso grupo?” e passa a ser: “ele pertence ao Senhor?”. A primeira pergunta protege nossas fronteiras. A segunda procura discernir a realidade do Corpo.

Tal mudança de perspectiva pode parecer simples, mas tem consequências profundas. Passamos a perceber que nossa história particular, por mais preciosa que seja, é apenas uma pequena parte daquilo que Deus tem realizado ao longo dos séculos. Descobrimos irmãos em lugares onde não esperávamos encontrá-los, reconhecemos a graça de Deus em tradições diferentes da nossa e aprendemos que a fidelidade do Senhor nunca esteve limitada aos contornos de nossa própria experiência.

Isso produz humildade e gratidão: humildade, porque percebemos que não somos tudo; gratidão, porque descobrimos que não precisamos ser. O Corpo é maior do que nós.

Essa talvez seja uma das descobertas mais libertadoras da vida cristã. Não carregamos sozinhos o testemunho de Deus. Não depende de nossa geração, de nossa comunidade ou de nosso ministério preservar toda a realidade divina. Fazemos parte de algo que começou antes de nós, atravessou séculos, alcançou povos que jamais conheceremos e continuará existindo depois que nossa própria contribuição tiver terminado.

Há um só Corpo.

Isso significa que os santos do passado, os irmãos que hoje vivem em outras partes do mundo e aqueles que ainda serão chamados pertencem à mesma grande realidade que Deus está edificando. Não existe uma Igreja para cada geração. Existe um Corpo que atravessa a história.

Por essa razão, a unidade possui também uma dimensão que ultrapassa aquilo que podemos ver. Nunca conheceremos pessoalmente a maioria dos membros do Corpo de Cristo. Muitos jamais ouvirão nosso nome, falarão nossa língua ou compartilharão nossa cultura. Ainda assim, somos unidos por uma vida que não depende do encontro físico para existir. A realidade espiritual é maior do que nossa possibilidade de experimentá-la completamente nesta era.

Contudo, onde Deus nos permite encontrar outros membros desse Corpo, surge uma responsabilidade: guardar na prática aquilo que já é verdadeiro no Espírito. Não somos chamados a fabricar uma relação inexistente,

mas a dar expressão a uma relação que Deus estabeleceu. Isso exige amor, paciência, humildade, perdão e uma disposição permanente para colocar o bem do Corpo acima dos interesses particulares.

A unidade torna-se visível quando deixamos de perguntar apenas o que é melhor para nossa parte e começamos a discernir o que serve ao propósito de Deus no todo.

Talvez seja essa uma das maiores necessidades da Igreja em qualquer geração: recuperar a consciência do Corpo. Não apenas a doutrina de que existe um Corpo, mas a percepção viva de que não pertencemos a nós mesmos, de que nossa medida é apenas uma parte e de que Deus possui filhos além das fronteiras que conseguimos ver.

Quando essa consciência retorna, a competição começa a parecer absurda, a inveja entre ministérios perde sentido e a necessidade de tornar nossa expressão superior às demais começa a enfraquecer. Podemos servir sem imaginar que somos indispensáveis, reconhecer sem medo aquilo que Deus confiou aos outros, receber daqueles que são diferentes de nós e aprender a dizer, não apenas como afirmação doutrinária, mas como realidade vivida: somos membros uns dos outros.

No fim, “um só Corpo” significa que Cristo não está dividido. Sua vida não está repartida em muitos organismos concorrentes. Há uma única realidade espiritual, uma única humanidade nova, um único povo chamado a expressar na terra a vida de sua Cabeça.

As nossas instituições, histórias, culturas e funções podem ser muitas, mas o Corpo é um.

E chegará o dia em que aquilo que hoje ainda conhecemos de maneira parcial e expressamos de forma imperfeita será visto em sua plenitude. O Corpo chegará à medida determinada por Deus, a Cabeça encontrará plena correspondência em Seus membros, e tudo aquilo que hoje ainda parece fragmentado será reunido na realidade para a qual sempre foi chamado.

Até esse dia, somos chamados a viver como quem já sabe a verdade.

Não somos muitos corpos tentando chegar à unidade.

Somos muitos membros aprendendo a viver como aquilo que Deus já declarou ser um.

Capítulo VII

Uma só esperança — O chamado para sermos peregrinos

"Como também fostes chamados em uma só esperança da vossa vocação."

(Efésios 4.4)

Entre todas as realidades que Paulo apresenta em Efésios 4, talvez nenhuma revele com tanta clareza o caráter escatológico da vida cristã quanto esta: há uma só esperança. Os filhos de Deus não compartilham apenas uma mesma origem, uma mesma vida e um mesmo Senhor; compartilham também um mesmo destino. Existe diante da Igreja uma realidade que ainda não foi plenamente manifestada, mas que já determina a maneira como ela deve viver agora. A esperança cristã não é uma tentativa de tornar mais suportável a existência presente, nem uma expectativa vaga de que, no fim, tudo ficará bem. Ela é o reconhecimento de que a história está caminhando para uma revelação, de que aquilo que Deus começou em Cristo encontrará sua consumação, e de que os filhos de Deus foram chamados a viver nesta era com os olhos voltados para aquilo que ainda há de vir.

Isso significa que a vida cristã é, por natureza, uma vida de peregrinação. O Novo Testamento não apresenta os santos como pessoas que finalmente encontraram no mundo presente seu lugar definitivo, mas como homens e mulheres que, embora vivam aqui, já pertencem a uma ordem que ainda não foi plenamente revelada. Pedro chama os crentes de “peregrinos e forasteiros” (1 Pedro 2.11), e Hebreus descreve os homens de fé como aqueles que confessaram ser “estrangeiros e peregrinos sobre a terra” (Hebreus 11.13). Essa linguagem não nasce de desprezo pela criação nem de fuga das responsabilidades presentes. Nasce da consciência de que nenhuma realidade desta era pode oferecer aos filhos de Deus sua morada final.

Abraão talvez seja a imagem mais clara desse chamado. Deus o tirou de sua terra e o conduziu para uma herança que ele ainda não possuía. Viveu em tendas na própria terra da promessa porque aguardava “a cidade que tem fundamentos, da qual Deus é o arquiteto e edificador” (Hebreus 11.10). Havia nele uma espécie de deslocamento santo. Estava presente, mas não estava instalado. Recebia de Deus aquilo que precisava para a jornada, mas não confundia provisão com destino. Sua fé o fazia viver no presente sem permitir que o presente definisse o horizonte de sua vida.

Essa talvez seja uma das características mais profundas da esperança cristã. Ela nos impede de transformar qualquer coisa temporária em absoluta. O peregrino pode usar, trabalhar, construir, cuidar e servir, mas não faz dessas coisas sua segurança final. Sabe que tudo aquilo que pertence à presente ordem carrega a marca da transitoriedade. Pode ser importante, precioso e até mesmo recebido de Deus, mas ainda não é a cidade que permanece.

Hebreus afirma de maneira simples: “não temos aqui cidade permanente, mas buscamos a que há de vir” (Hebreus 13.14). Essa frase deveria atravessar toda a consciência da Igreja. Não temos aqui cidade permanente. Não temos aqui estrutura permanente, posição permanente, influência permanente, segurança permanente ou reconhecimento permanente. Tudo aquilo que hoje parece sólido está passando. O problema começa quando os filhos de Deus se esquecem disso e tentam encontrar nesta era a permanência que somente a próxima pode oferecer.

Quando a Igreja perde sua esperança, inevitavelmente se torna mais terrena. Começa a medir sua força pelos critérios do mundo, a proteger sua posição, a buscar segurança institucional, influência e reconhecimento. Pouco a

pouco, aquilo que deveria ser uma peregrinação se transforma em instalação. A tenda se torna cidade. A provisão se torna herança. O meio se torna fim.

É possível que essa seja uma das formas mais sutis de apostasia do coração: não abandonar necessariamente a verdade, mas deixar de viver em expectativa. Continuamos confessando que Cristo voltará, continuamos afirmando a esperança futura, mas organizamos a vida como se tudo aquilo que realmente importa estivesse aqui. A doutrina permanece; a peregrinação desaparece.

A esperança verdadeira produz outro tipo de homem. Ela forma pessoas que conseguem segurar as coisas desta vida sem serem seguradas por elas. Pessoas que trabalham com responsabilidade, mas não encontram no sucesso sua identidade; que possuem bens, mas não colocam neles sua segurança; que servem em instituições sem confundir a instituição com o Reino; que valorizam sua história, mas não precisam preservá-la como se fosse eterna. O peregrino não é indiferente ao presente. Ele simplesmente sabe que o presente não é tudo.

Paulo descreve esse tipo de consciência aos coríntios quando escreve que “os que usam do mundo” devem viver “como se dele não usassem”, porque “a aparência deste mundo passa” (1 Coríntios 7.31). O ponto não é abandonar a vida comum, mas retirar dela o peso de ultimidade. Aquilo que passa não pode carregar nossa esperança.

É aqui que a esperança se torna profundamente unificadora. Muitas das divisões entre os homens nascem exatamente da luta por aquilo que pertence a esta era: espaço, influência, posição, reconhecimento, território e poder. Quando o coração está preso ao presente, qualquer ameaça a essas coisas parece uma ameaça à própria existência. Mas o peregrino possui outra referência. Pode perder sem imaginar que perdeu tudo. Pode diminuir sem sentir que desapareceu. Pode abrir mão porque sabe que sua herança não depende do que consegue preservar agora.

Isso não significa passividade diante da injustiça ou negligência diante das responsabilidades. Significa liberdade em relação à necessidade de autopreservação. A esperança retira do mundo presente a capacidade de determinar nosso valor.

Talvez seja por isso que a Igreja primitiva pudesse atravessar perseguição, perda de bens e rejeição sem abandonar sua fé. Hebreus fala de cristãos que aceitaram “com alegria o espólio dos próprios bens”, sabendo que possuíam “patrimônio superior e durável” (Hebreus 10.34). Essa atitude só pode ser compreendida a partir da esperança. Quem acredita que esta vida contém tudo precisa proteger tudo. Quem sabe que existe uma herança superior pode sofrer perdas reais sem ser destruído por elas.

A esperança também transforma a maneira como lidamos com o tempo. O homem sem esperança escatológica precisa realizar tudo agora, ser reconhecido agora, vencer agora e deixar seu nome agora. O peregrino pode esperar. Sabe que sua história não termina quando termina sua visibilidade nesta era. Pode servir em silêncio, plantar sem ver a colheita e permanecer fiel mesmo quando os resultados não aparecem imediatamente, porque sua recompensa não está confinada ao horizonte presente.

Isso produz uma liberdade extraordinária para a unidade. Muitos conflitos nascem da ansiedade de garantir espaço antes que outro o ocupe. A esperança nos ensina que ninguém precisa tomar do irmão aquilo que Deus reservou para nós. O futuro não depende de nossa habilidade de proteger posição. Está nas mãos de Deus.

Mas a esperança cristã é ainda mais profunda do que a expectativa de uma herança pessoal. Paulo fala de uma “esperança da vocação”. Existe um chamado que aponta para uma consumação corporativa. A Igreja espera algo que diz respeito ao propósito de Deus em Seus filhos.

Romanos 8 abre essa perspectiva de maneira extraordinária. Paulo afirma que “a ardente expectativa da criação aguarda a revelação dos filhos de Deus” (Romanos 8.19). A criação está esperando uma manifestação. Há algo hoje oculto nos filhos que ainda será revelado. Aquilo que Deus começou interiormente encontrará expressão plena, e essa revelação está ligada à própria libertação da criação de sua escravidão à corrupção.

Isso significa que os filhos de Deus não são apenas pessoas que esperam o futuro. São, em certo sentido, sinais antecipados desse futuro. Carregam já agora uma vida que pertence à ordem que ainda virá. Sua esperança não consiste apenas em dizer que um novo mundo está chegando, mas em permitir que algo dessa nova ordem já possa ser visto em sua maneira de viver.

Uma vida de peregrinação é, portanto, uma vida profética.

Quando um homem se recusa a fazer do dinheiro sua segurança, testemunha que existe uma riqueza superior.

Quando não precisa preservar o próprio nome, testemunha que existe um Nome acima de todos.

Quando ama o irmão sem competir com ele, testemunha que existe uma nova humanidade.

Quando consegue sofrer sem perder a esperança, testemunha que a morte não possui a palavra final.

Quando vive de maneira santa em meio a uma era corrompida, testemunha que existe outro Reino.

A Igreja é chamada a ser uma antecipação daquilo que Deus ainda manifestará plenamente.

Essa é uma das razões pelas quais a esperança não pode ser reduzida apenas à ideia de “ir para o céu”. A esperança bíblica é muito maior. Ela está ligada à manifestação de Cristo, à ressurreição, à transformação dos santos, à revelação dos filhos de Deus e à consumação do propósito divino. Paulo escreve aos colossenses: “quando Cristo, que é a nossa vida, se manifestar, então vós também sereis manifestados com ele em glória” (Colossenses 3.4). Existe uma manifestação futura que revelará exteriormente aquilo que hoje está oculto.

João expressa a mesma verdade: “agora somos filhos de Deus, e ainda não se manifestou o que haveremos de ser. Sabemos que, quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, porque haveremos de vê-lo como ele é” (1 João 3.2). Há aqui uma tensão que define a existência cristã: já somos filhos, mas ainda não se manifestou plenamente aquilo que somos. Vivemos entre o já e o ainda não. Recebemos a vida, mas aguardamos sua plena expressão.

Essa tensão é o território do peregrino.

Ele vive a partir de uma realidade que ainda não pode ser vista em toda a sua plenitude.

Talvez seja exatamente por isso que o mundo nem sempre compreende os filhos de Deus. Sua lógica parece estranha. Eles não podem ser explicados inteiramente pelos valores desta era, porque sua vida é orientada por algo que ainda não chegou à manifestação final.

A esperança, então, não nos retira do mundo; muda nossa relação com ele. O peregrino pode servir à cidade presente sem confundi-la com a cidade futura. Pode buscar justiça, cuidar da criação, servir ao próximo, trabalhar com excelência e construir aquilo que é bom, mas sabe que nenhum aperfeiçoamento desta era substituirá aquilo que somente Deus pode trazer.

Essa sobriedade protege a Igreja de dois extremos. De um lado, impede a fuga irresponsável, como se esperar o futuro significasse abandonar o presente. Do outro, impede a ilusão de que o presente pode ser transformado em Reino por meio do esforço humano. O peregrino serve fielmente, mas espera em Deus.

Essa espera não é passiva. O Novo Testamento fala repetidamente da esperança como força purificadora. João escreve que “todo aquele que nele tem esta esperança purifica-se a si mesmo, assim como ele é puro” (1 João 3.3). A expectativa da manifestação de Cristo produz consequências agora. Quem espera vê-Lo deseja viver de maneira compatível com aquele encontro.

A esperança molda a santidade.

Ela também molda nossas prioridades. Se esperamos uma cidade futura, não podemos construir toda a existência para sermos permanentes aqui. Se aguardamos a manifestação do Senhor, não podemos viver como se nunca fôssemos encontrá-Lo. Se sabemos que a presente ordem passará, precisamos perguntar continuamente quanto de nossa energia está sendo gasto para preservar aquilo que não permanecerá.

Pedro coloca essa questão de maneira quase desconcertante. Depois de afirmar que os céus e a terra presentes passarão, pergunta: “visto que todas essas coisas hão de ser assim desfeitas, que pessoas não deveis ser em santo procedimento e piedade, esperando e apressando a vinda do Dia de Deus?” (2 Pedro 3.11-12). A escatologia bíblica não foi dada para satisfazer curiosidade sobre cronologias. Foi dada para produzir um tipo de vida.

Que pessoas devemos ser? Essa é a pergunta da esperança, e a resposta do Novo Testamento é clara: pessoas santas, sóbrias, vigilantes, desapegadas e fiéis. Peregrinos.

Uma Igreja que perde a consciência de peregrinação facilmente se torna defensora demais de suas estruturas. Passa a agir como se sua forma presente precisasse sobreviver para que o propósito de Deus continue. Mas o peregrino sabe que o propósito é maior do que as formas pelas quais hoje o servimos. Pode honrar aquilo que recebeu sem imaginar que precisa eternizá-lo.

Isso é especialmente importante para nossa compreensão da unidade. As denominações, instituições, estruturas e modelos que hoje conhecemos pertencem à história. Podem ser usados por Deus, podem servir de maneira preciosa e podem carregar legados dignos de honra, mas não constituem nossa esperança.

Nenhum desses nomes atravessará como centro para a eternidade.

A esperança comum relativiza todos eles.

Quando Cristo se manifestar, não haverá uma eternidade organizada ao redor das fronteiras que hoje definem nossas identidades religiosas. Haverá um povo redimido, uma família, uma cidade, um Corpo plenamente correspondente à vontade de Deus. Aquilo que hoje consideramos tão importante será finalmente medido por sua relação com essa realidade.

Tal perspectiva deveria tornar-nos menos ansiosos para defender nomes temporários e mais zelosos para guardar aquilo que é eterno.

Há uma só esperança, não uma esperança para cada tradição, um destino para cada comunidade ou uma consumação diferente para cada grupo. Todos os filhos caminham para o mesmo fim.

Essa verdade deveria nos tornar companheiros de peregrinação.

Podemos estar em estágios diferentes da jornada, carregar histórias distintas e enxergar algumas coisas por perspectivas diferentes, mas estamos caminhando para o mesmo horizonte. O irmão não é um concorrente em busca de uma herança separada. É alguém que espera comigo a mesma manifestação.

Paulo escreve aos filipenses: “a nossa cidadania está nos céus, de onde também aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo” (Filipenses 3.20). A linguagem de cidadania é profundamente significativa. Nossa identidade política e social pode estar ligada a muitos lugares nesta vida, mas existe uma cidadania superior que determina nossa esperança última. Somos habitantes de uma realidade que ainda não vemos plenamente.

Isso explica por que a peregrinação cristã nunca é simplesmente geográfica. Podemos permanecer a vida inteira no mesmo lugar e ainda assim viver como peregrinos. A peregrinação acontece no coração. É a recusa de permitir que qualquer coisa desta era se torne nossa morada final.

Podemos construir uma casa e ainda ser peregrinos.

Podemos possuir uma empresa e ainda ser peregrinos.

Podemos liderar uma comunidade e ainda ser peregrinos.

Podemos amar profundamente nossa família e ainda ser peregrinos.

A questão não é possuir ou não possuir coisas desta vida, mas saber onde está nosso tesouro.

O peregrino segura tudo com mãos abertas porque sabe que sua identidade não está naquilo que pode perder.

Talvez essa seja uma das maiores libertações que a esperança produz. Ela nos livra do medo de perder o que passa.

Quem possui uma esperança eterna pode finalmente servir no temporal sem ser escravizado por ele.

Essa liberdade também permite amar melhor. Quando já não precisamos usar pessoas para construir nossa segurança, podemos recebê-las como irmãos. Quando não fazemos de estruturas nossa identidade, podemos abrir espaço para reconhecer aquilo que Deus faz fora delas. Quando não precisamos ser permanentes, podemos servir uma geração e depois desaparecer sem imaginar que o propósito terminou conosco.

O peregrino não precisa deixar um monumento; precisa permanecer fiel.

Há algo profundamente belo nisso. O mundo procura deixar nomes. A esperança cristã ensina a esperar uma cidade cujo construtor é Deus. O mundo procura construir aquilo que sobreviva ao homem. O peregrino aprende que somente aquilo que Deus estabelece permanece.

É por isso que Hebreus 11, depois de apresentar uma longa lista de homens e mulheres de fé, afirma que muitos deles morreram sem receber o cumprimento pleno das promessas. Aos olhos do pragmatismo, poderia parecer fracasso. Mas sua história era maior do que o tempo de sua vida. “Deus proveu coisa superior a nosso respeito, para que eles, sem nós, não fossem aperfeiçoados” (Hebreus 11.40). Há um propósito corporativo que atravessa gerações.

Nenhuma geração completa sozinha a obra de Deus. Somos peregrinos também porque participamos de uma história que começou antes de nós e continuará depois de nós, até o dia determinado pelo Senhor.

Isso deveria nos libertar da arrogância de imaginar que tudo depende de nossa época, nosso movimento ou nossa contribuição. Somos uma etapa da jornada.

Recebemos de outros, entregaremos a outros, e todos caminhamos para aquilo que somente Deus poderá consumir.

No fim, a esperança cristã não nos ensina a abandonar a terra, mas a viver nela sem esquecer o céu; não nos ensina a desprezar o presente, mas a não confundi-lo com o futuro; não nos chama à passividade, mas a uma fidelidade que não depende de reconhecimento imediato.

Há uma só esperança porque há um só destino para os filhos de Deus.

A manifestação de Cristo.

A transformação dos santos.

A revelação dos filhos.

A plena expressão da vida que hoje carregamos em fraqueza.

A cidade que permanece.

Até esse dia, caminhamos.

Não como homens sem lugar, mas como homens cujo verdadeiro lugar ainda está por ser manifestado.

Não como fugitivos do mundo, mas como testemunhas de que este mundo, em sua forma presente, não é a realidade final.

Não como pessoas sem esperança, mas exatamente como aqueles cuja esperança é grande demais para caber nesta era.

Somos peregrinos porque fomos chamados para algo que ainda está adiante.

E enquanto aguardamos, nossa própria maneira de viver deve anunciar que outra ordem está chegando.

Epílogo

Continuemos caminhando

Depois de tudo o que foi dito, talvez reste uma impressão incômoda. A unidade dos filhos de Deus é bela quando contemplada nas Escrituras, mas muito mais difícil quando precisa ser vivida entre pessoas reais. É relativamente simples afirmar que há um só Pai, um só Senhor, um só Espírito, um só batismo, uma só fé, um só Corpo e uma só esperança. Mais difícil é continuar crendo nisso quando encontramos irmãos que pensam diferente de nós, quando antigas feridas ainda doem, quando tradições parecem irreconciliáveis, quando aquilo que deveria ser comunhão se mistura com orgulho, medo, controle e tantas outras fragilidades humanas. A distância entre Efésios 4 e aquilo que vemos ao nosso redor pode, algumas vezes, parecer grande demais. Talvez por isso seja importante terminar este livro sem fingir que o caminho é fácil. A unidade cristã não é uma ideia romântica sobre pessoas boas aprendendo a conviver. Ela nos leva inevitavelmente à cruz, e a cruz nunca foi um lugar confortável. Para guardar a unidade do Espírito, precisaremos abrir mão de coisas que amamos em nós mesmos: a necessidade de estarmos sempre certos, o desejo de sermos reconhecidos, a segurança de nossas próprias fronteiras, o orgulho de nossas tradições e, algumas vezes, até mesmo o conforto de permanecer apenas entre aqueles que pensam como nós. O caminho da unidade não exige que abandonemos a verdade, mas exige que abandonemos continuamente a nós mesmos.

Há momentos em que será mais fácil afastar-se do que permanecer, mais fácil classificar um irmão do que ouvi-lo, mais fácil defender nossa própria história do que reconhecer a graça de Deus na história de outro, mais fácil construir uma nova fronteira do que atravessar uma antiga. Em algumas ocasiões, teremos razões legítimas para manter distância de determinados ensinamentos, práticas ou caminhos. A unidade do Espírito nunca nos chama a chamar mentira de verdade ou escuridão de luz. Mas mesmo nesses momentos existe uma diferença entre discernir e odiar, entre permanecer firme e tornar-se duro, entre guardar a verdade e transformar a verdade em arma para justificar nossa própria superioridade. Talvez a maturidade cristã apareça exatamente nesses pequenos lugares onde ninguém está olhando: na capacidade de reconhecer graça onde antes víamos apenas diferença, na disposição de pedir perdão antes de provar que estávamos certos, na liberdade de alegrar-nos quando Deus usa outro e nosso nome não aparece, na decisão de não transformar toda divergência em ruptura e na humildade de admitir que ainda conhecemos em parte e de continuar caminhando com pessoas que também estão sendo formadas pelo mesmo Senhor.

Nada disso acontece rapidamente. Temos uma tendência a gostar de histórias concluídas. Preferimos testemunhos em que todos os conflitos foram resolvidos, todas as perguntas encontraram resposta e todas as feridas já cicatrizaram. A vida, porém, raramente se organiza dessa maneira. Algumas reconciliações levam anos. Algumas relações permanecem incompletas. Algumas diferenças talvez não sejam resolvidas enquanto estivermos deste lado da eternidade. Algumas perguntas continuarão abertas. E ainda assim somos chamados a caminhar. Isso talvez seja uma das coisas mais belas da graça: Deus trabalha com pessoas inacabadas. Ele nunca esperou que a Igreja fosse composta de homens e mulheres que já tivessem alcançado a perfeita maturidade para então formar Seu Corpo. Ele nos recebeu enquanto ainda carregávamos marcas profundas da velha humanidade e começou, a partir daí, uma obra paciente. Em muitos momentos, essa obra parece lenta demais aos nossos olhos. Olhamos para a história cristã, vemos divisões, conflitos, abusos e fracassos e somos tentados a concluir que a oração de Jesus pela unidade falhou. Mas talvez essa conclusão diga mais sobre nossa pressa do que sobre a fidelidade de Deus. O Senhor nunca prometeu terminar Sua obra no ritmo que desejaríamos. Prometeu terminá-la.

Paulo podia olhar para comunidades profundamente imperfeitas e ainda assim falar delas como Igreja de Deus. Podia repreender, corrigir, sofrer e até escrever com lágrimas, mas não abandonava facilmente a esperança de que aquele que havia começado a boa obra seria fiel para completá-la. Talvez tenhamos algo a aprender com isso. É possível olhar para a Igreja com olhos abertos, sem romantizar seus pecados, e ainda assim amá-la. É possível lamentar suas divisões sem desprezar aquilo que Deus continua fazendo em seu meio. É possível reconhecer o quanto ainda falta e, ao mesmo tempo, agradecer por tudo o que já existe. Há mais unidade do que conseguimos enxergar. Em todos os lugares onde alguém chama Deus de Pai com sinceridade, há um irmão. Em todos os lugares onde Jesus Cristo é confessado como Senhor e Sua voz é obedecida, existe algo da mesma família. Em todos os lugares onde o Espírito Santo habita, onde a cruz encontrou espaço, onde alguém vive pela fé e aguarda a mesma esperança, existe uma realidade que nossas fronteiras talvez não consigam conter.

Talvez nunca conheçamos esses irmãos. Talvez falem outra língua, cantem outras canções, organizem suas reuniões de outra maneira e enxerguem determinadas questões por uma perspectiva diferente da nossa. Mas há algo mais profundo do que todas essas diferenças. Existe uma vida que veio da mesma fonte. E isso deveria nos dar esperança. Não uma esperança ingênua de que todas as estruturas religiosas algum dia serão reunidas em uma única organização ou de que todas as divergências desaparecerão por meio de algum grande movimento de conciliação. A esperança cristã é mais profunda do que isso. Ela repousa na certeza de que Deus não perdeu o controle de Seu próprio propósito. Há um só Corpo porque Deus assim o estabeleceu. Há uma só fé porque Deus a entregou. Há uma só esperança porque Deus determinou um único fim. O futuro da Igreja não depende, em última instância, de nossa capacidade de construir unidade. Depende da fidelidade daquele que está conduzindo Seu povo à maturidade.

Isso não diminui nossa responsabilidade. Pelo contrário, torna a responsabilidade ainda mais séria. Porque se Deus já tornou um aquilo que tantas vezes tratamos como separado, somos chamados a viver de maneira digna dessa realidade. Paulo não nos permite transformar a soberania de Deus em desculpa para nossa negligência. Ele diz: “procurando diligentemente guardar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz”. Há algo que depende de nossa resposta, não para criar a unidade, mas para não contradizê-la. Talvez “diligentemente” seja uma palavra importante para levarmos conosco ao fim deste livro. A unidade exigirá diligência. Exigirá que escolhamos novamente o caminho estreito quando seria mais fácil desistir. Exigirá que retornemos continuamente ao Pai quando nossos pequenos nomes começarem a parecer grandes demais, que coloquemos Cristo novamente no centro quando alguma tradição, obra ou pessoa começar a competir com Ele, que escutemos o Espírito quando nossa própria vontade estiver falando mais alto, que nos lembremos do batismo quando o velho homem tentar sair do túmulo e recuperar seus antigos direitos, que permaneçamos pela fé quando não enxergarmos ainda aquilo que Deus está formando, que guardemos a consciência do Corpo quando formos tentados a viver como se nossa pequena parte fosse o todo e que sustentemos a esperança quando a distância entre aquilo que vemos e aquilo que Deus prometeu parecer grande demais.

Continuemos, então, caminhando. Não porque o caminho seja simples, mas porque vale a pena. Continuemos reconhecendo irmãos, aprendendo a ouvir, deixando morrer aquilo que precisa morrer e colocando Cristo acima de nossos nomes. Continuemos abrindo espaço para que Deus nos surpreenda através de pessoas que não pertencem ao nosso círculo. Continuemos escolhendo a verdade, mas também o amor; firmes quando for necessário permanecer firmes e humildes quando descobirmos que precisamos mudar. Haverá tropeços. Algumas tentativas de aproximação terminarão em frustração. Algumas pessoas não compreenderão nossas intenções. Talvez em certos momentos sejamos julgados por aqueles de quem tentamos nos aproximar. Em outros, nós mesmos seremos aqueles

que julgarão depressa demais. A graça será necessária não apenas para suportar o erro dos outros, mas para reconhecer o nosso.

Mas há uma boa notícia escondida nisso tudo: Deus não está esperando nossa perfeição para continuar trabalhando. Ele trabalha enquanto caminhamos. Foi assim com os discípulos. Disputaram entre si, interpretaram mal o Senhor, fugiram na hora mais escura e ainda assim foram reunidos novamente. Pedro caiu e foi restaurado. Tomé duvidou e foi recebido. João, que um dia desejou fazer descer fogo sobre uma aldeia samaritana, terminou seus dias escrevendo que aquele que ama a Deus deve amar também seu irmão. A graça tem uma longa paciência com homens inacabados. Talvez devêssemos ter também.

A Igreja que hoje vemos não é ainda aquilo que será. João disse: “ainda não se manifestou o que haveremos de ser”. Isso é verdadeiro para cada filho individualmente e talvez possamos contemplar nessa afirmação também algo da realidade corporativa. Ainda não vimos plenamente aquilo que Deus está formando. Ainda contemplamos muita fraqueza, muita mistura e muita imperfeição. Mas existe um propósito escondido em meio a tudo isso, e haverá um dia em que aquilo que hoje conhecemos apenas em parte será manifestado em plenitude. Talvez nesse dia descubramos quantas coisas pelas quais lutamos eram pequenas. Talvez nos surpreendamos ao encontrar ao nosso lado pessoas que nunca imaginávamos encontrar. Talvez percebamos que muitas fronteiras que pareciam eternas eram apenas temporárias. Talvez finalmente compreendamos quanto da graça de Deus estava operando fora do alcance de nossos olhos. E então não haverá necessidade de convencer ninguém de que existe um só Corpo. Nós o veremos. Não precisaremos discutir sobre a unidade da fé. Teremos chegado. Não precisaremos lembrar uns aos outros de que há uma só esperança. Ela estará diante de nós.

Até lá, continuamos peregrinos. Caminhamos com alguma luz e ainda muitas perguntas, com algumas vitórias e muitas áreas ainda sendo tratadas. Levamos conosco tesouros e cicatrizes. Aprendemos lentamente que não precisamos compreender tudo para continuar obedecendo, nem resolver todas as diferenças para continuar amando. Talvez seja isso que significa guardar a unidade do Espírito: continuar reconhecendo a obra de Deus uns nos outros enquanto Ele ainda está trabalhando em todos nós. Não sabemos quanto tempo resta para a jornada, mas sabemos para onde ela aponta. Há um Pai esperando que Sua família manifeste Seu nome, há um Senhor diante de quem todos os nossos pequenos tronos finalmente cairão, há um Espírito que ainda trabalha pacientemente em corações resistentes, há uma cruz que continua nos lembrando de que o velho homem não precisa governar, há uma fé que nos sustenta mesmo quando nossos olhos ainda não veem, há um Corpo que é maior do que todas as nossas fronteiras e há uma esperança que nos chama adiante.

Por isso, quando o caminho parecer difícil, não voltemos para Babel. Não voltemos à segurança de nossos pequenos nomes, aos muros que nos protegem do desconforto de amar pessoas diferentes ou à velha tranquilidade de imaginar que Deus trabalha apenas entre aqueles que se parecem conosco. Prossigamos. Talvez não consigamos derrubar todos os muros que recebemos das gerações anteriores, mas podemos decidir não construir novos. Talvez não consigamos reparar todas as divisões da história, mas podemos nos recusar a alimentar aquelas que chegaram até nós. Talvez não possamos tornar visível toda a unidade do Corpo, mas podemos amar os irmãos que Deus colocou diante de nós. E talvez seja assim que grandes propósitos começam a aparecer na terra: através de pequenas fidelidades, de uma porta aberta, de uma mesa compartilhada, de uma oração feita ao lado de alguém diferente, de um pedido de perdão, de uma preferência abandonada, de um nome que voluntariamente diminui para que Cristo seja visto. Essas coisas podem parecer pequenas diante da longa história das divisões cristãs, mas o Reino de Deus sempre teve uma maneira surpreendente de começar com sementes.

Continuemos semeando. Um dia, aquilo que hoje guardamos em fraqueza será manifestado em glória, e então veremos que a unidade nunca foi um sonho ingênuo de homens bem intencionados. Era o propósito de Deus desde o princípio, e Ele jamais deixou de trabalhar para cumpri-lo.